

# Economia em Debate

## nº 207

(25/09/2017)

***Economia em Debate*** é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



**Eduardo Rocha**  
**Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)**

www.correio braziliense.com.br

# CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DOMINGO, 25 DE SETEMBRO DE 2017

NOBREZINHA - 36 PAGINAS - R\$ 2,00

**Enem**



**Como fazer a redação Nota 1000**

A professora Dalí Siqueira revelou os seus segredos para alcançar a máxima pontuação. Ela conta como alcançar a máxima pontuação em cada uma das partes da redação e também no desenvolvimento da dissertação. Disponível em R\$ 2,00.

ESPECIAL ENEM 2017

**Merkel vence, mas ultradireita avança e assusta**

Além de vencer grandes partidos e vencer o eleitorado, a formação de um novo governo pela Alemanha é a primeira vez, desde o quanto da maioria que a extrema-direita chegou ao Parlamento alemão.

Foto: AP

**A diferença era a voz**



Brasileira ganhou o prêmio de melhor cantora do mundo em 2017. A cantora de música brasileira ganhou o prêmio de melhor cantora do mundo em 2017.

Foto: AP

**Unidos contra a "cura gay"**



Parade LGBTQI+ em Tóquio, segunda-feira, 25 de setembro. A comunidade LGBTQI+ se reúne em Tóquio para protestar contra a "cura gay".

Foto: AP



**A festa do cinema** | Anúncio, longa de Afonso Lima e João Dumares, foi o grande vencedor ao arrastar quatro prêmios Candonga na 50ª edição do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro. Entre eles, o de melhor ator para Antônio de Souza. O Garul, estatista concedido pelo Correio Braziliense, ficou com o documentário Afonso, de Bruno Vitor e Marcus Azevedo. *Alô, Alô!*

**EXCLUSIVO** Um repórter do Correio na Coreia do Norte

## Regime ensina as crianças a idolatrar Kim e as bombas

• RENATO AGUIAR



**Pyeongang** — Os "imperialistas norte-americanos" e seus "sujeitos sul-coreanos" são os inimigos. Assim como os "imperialistas japoneses", que mataram crianças e esmagaram mulheres. O primeiro-ditador é o "Grande Líder, o Kim Il-sung". Em seu 100º aniversário, as crianças aprendem as histórias do Grande Líder desde o primeiro ano de vida. Em seus 10 dias no país, mais de 10 milhões de crianças, jovens, adultos, mulheres, crianças, idosos, estudantes, além de outros hospitais pediátricos, hospitais universitários, e todos os outros estabelecimentos educacionais foram fechados para comemorar. Assim, a infância e a educação são interrompidas em homenagem ao Grande Líder. Nas instituições de ensino, desde a infância se aprende a história como "heróis das humanidades para defender o Grande Líder". Isso é a realidade de 5,3 milhões de pessoas com menos de 14 anos, que crescem aprendendo que o país é autoritário, graças aos líderes, sem saber a história real da história, proibidas de ler, assistir e acessar qualquer livro, filme ou site estrangeiro. *Alô, Alô!*



## **Saneamento exigirá R\$ 149,5 bi até 2035**

**Correio Braziliense - 25/09/2017**

*Investimentos na área, que deveriam aumentar, estão em queda devido às despesas com os salários e com a Previdência. Em 70% dos municípios, remoção não passa de 30% dos dejetos produzidos. Em grande parte do país, não há sequer coleta*

ROSANA HESSEL

ANNA RUSSI\*

Enquanto o governo vem colecionando deficits fiscais crescentes nas contas públicas para acomodar as despesas obrigatórias que crescem em ritmo acima da inflação, incluindo gasto com pessoal e com a Previdência, os investimentos caem vertiginosamente. Uma das maiores vítimas é o saneamento, fundamental para a qualidade de vida nas cidades e para a saúde dos brasileiros.

A população urbana deverá passar dos atuais 168,4 milhões para 204,8 milhões de pessoas em 2035. Estudo feito pela Agência Nacional de Águas (ANA) e divulgado ontem, o Atlas Esgotos, revela que o país precisará investir nada menos que R\$ 149,5 bilhões em coleta e tratamento nesse período.

De acordo com o Atlas da ANA, esse montante é o necessário para universalizar os serviços de esgotamento sanitário nas 5.570 cidades brasileiras até 2035. De acordo com dados do Ministério das Cidades, os investimentos na área do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram de R\$ 510 milhões em 2016 e, no acumulado deste ano até junho, atingiram apenas R\$ 87 milhões, volume 83% menor ao realizado em todo o ano passado.

A tendência é que, em 2018, o investimento continue baixo, pois o Orçamento prevê apenas R\$ 1,9 bilhão para o PAC. Segundo a pasta, a previsão orçamentária para obras de saneamento básico no próximo ano soma R\$ 860 milhões, valor abaixo do empenhado para este ano pelo Ministério do Planejamento, de R\$ 901 milhões. A expectativa do órgão é de que esse valor seja revisto com a mudança da meta fiscal. Atualmente, 86 projetos estão parados e outros 57 sequer foram iniciados.

Um dos coordenadores do Atlas, Sérgio Rodrigues Ayrimoraes Soares, superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos da ANA, destaca que o diagnóstico feito pela agência reflete a queda dos investimentos em saneamento no país nos últimos anos. O estudo mapeia o investimento necessário em cada município e faz recomendações para ações conjuntas em que haja compartilhamento dos recursos hídricos.

O Atlas revela que 70% dos 5.570 municípios brasileiros têm remoção de, no máximo, 30% do esgoto gerado e em apenas 31 das 100 cidades mais populosas isso fica acima de 60%. Existem 816 municípios com 10,7 milhões de pessoas sem qualquer serviço de coleta e de tratamento.

Para Soares, o Atlas poderá ser uma ferramenta para o desenvolvimento de políticas públicas dos governantes atuais e dos próximos. Especialistas ouvidos são unânimes em reconhecer a importância do tratamento de esgoto nas cidades porque, quando os dejetos são despejados diretamente nos rios, se gasta muito mais com tratamento para que a água se torne potável novamente.

Saneamento é questão de saúde, alerta o infectologista e consultor da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI) do Distrito Federal, Julival Ribeiro. "O problema do saneamento básico no Brasil é crônico", afirma. Não à toa, o especialista ressalta que várias pesquisas mostram que, nas cidades com baixo índice de coleta e de tratamento de esgoto, há maior incidência de doenças como febre tifoide, cólera, hepatite A, leptospirose, diarreia infecciosa, parasitoses, entre outras. "Ainda há muitas mortes no mundo por falta de água potável", destaca. A capacidade de reservatórios também fica comprometida com a falta de saneamento. Esse quadro pode se agravar em períodos de estiagem longa, como a que ocorre atualmente em Brasília.

DF se destaca

De acordo com Soares, da ANA, o Distrito Federal se sobressai em relação aos demais entes federativos quando o assunto é tratamento de esgoto. A média da população brasileira atendida pela coleta no país é de 61% e de tratamento, 41%. Já o DF tem o nível mais elevado nacionalmente, tratando 100% do esgoto coletado. Na avaliação do técnico, os problemas do DF são mais pontuais e podem ser contornados com facilidade, mas é preciso, desde agora, ter uma estratégia. O Atlas sugere R\$ 1,7 bilhão de investimentos na coleta e tratamento de esgoto pelo DF até 2035.

O biólogo Victor Fernandes, 25 anos, avalia que, apesar de na maior parte da região o controle sanitário, por parte dos cidadãos, ser efetiva, com fossas limpas regularmente, na Vila São José é comum encontrar casas e comércios onde o esgoto é despejado a céu aberto. Para ele, falta cuidado com a preservação ambiental. "É preciso estabelecer as condições mínimas de vida para os moradores da periferia", completa.

O presidente da Caesb, Maurício Ludovice, reconhece a importância de investir em saneamento para garantir o abastecimento da região. Ele conta que a empresa tem ampliado os investimentos em tratamento de esgoto nas regiões do DF, assim como na região de Corumbá IV, onde a operação tende a ser, cada vez mais, em parceria com a Saneago. "A cooperação entre as duas empresas é uma realidade. Temos convênio e retomamos as obras para a interligação ao sistema de abastecimento de Brasília", afirma.

Para o presidente da Saneago, Jalles Fontoura, a hora de avançar, rapidamente, na obra de Corumbá IV, é agora. "As bombas, que são próprias para aquele local, estão praticamente prontas. O grande desafio é fazer a rede de alta tensão. São os principais pontos da obra", afirma. Segundo ele, a expectativa é de que, em 15 meses, a obra esteja 100% completa. Fontoura conta que o compromisso é, principalmente, com Brasília, para evitar a crise hídrica e tentar evitar o racionamento no ano que vem. "Temos que terminar a

obra a tempo para escapar desses efeitos que a seca traz, e, para isso, estamos trabalhando intensamente."

De acordo com Ludovice, a Caesb retomou os investimentos desde 2015 e, somente neste ano, aplicou R\$ 150 milhões no abastecimento de água e em novas estações de tratamento de esgoto, como a recém-inaugurada em Águas Lindas, na região do Entorno, onde foram gastos mais de R\$ 100 milhões. "O investimento em saneamento não melhora apenas a saúde, mas também a qualidade de vida e a autoestima da população. Ninguém gosta de morar em um lugar com esgoto a céu aberto", explica.

A estudante de biologia Thaís Ferreira Damasceno, 20 anos, moradora de Sobradinho II, afirma que o serviço de saneamento ainda é precário na chácara Buriti, onde a instalação do esgoto começou há cerca de um ano. Ela conta que a taxa já é cobrada na conta de água, embora o sistema não esteja liberado para uso.

Outras áreas da cidade têm o esgoto em funcionamento normal, mas, segundo ela, na quadra AR 8, o cano de esgoto estoura com frequência, e jorra dejetos pela rua durante uma semana até ser consertado. "Quando esse problema ocorre, a rua fica com mau cheiro. Há crianças brincando por ali. Na região onde o esgoto ainda não foi instalado, usamos fossa, então, raramente tem cheiro ruim", completa.

## **Editorial**

### **Economia no rumo certo**

**Correio Braziliense - 25/09/2017**

A economia segue caminho independente, oposto ao da crise política, que se agrava a cada dia. Fora do Palácio do Planalto e do Congresso Nacional, o cenário é de retomada, ainda que lenta, do desenvolvimento. Depois de mais de dois anos de recessão, o país ganha fôlego, com a queda da inflação, redução dos juros e reabertura de vagas no mercado formal de trabalho. O Banco Central elevou a previsão de crescimento do país de 0,5% para 0,7%, neste ano, e de 2% para 2,2% em 2018.

Pelo quinto mês seguido houve aumento da oferta de empregos. Em agosto, foram criados 35.457 postos de trabalho com carteira assinada, segundo registro do Ministério do Trabalho. No mesmo período em 2016, foram eliminados 33.953 postos. As contratações se devem aos setores de serviços (23,2 mil), indústria (12,8 mil), comércio (10,7 mil), em todas as regiões do país. Em contrapartida, a agricultura fechou 12,4 mil vagas. O resultado positivo reaquece a esperança para mais de 13 milhões de pessoas que buscam emprego. Para o próximo ano, as previsões são de queda mais acentuada do desemprego.

A inflação segue em declínio. Na prévia de setembro, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-15) teve alta de 0,11%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - o menor índice desde 2006. Ante as sucessivas quedas, o Banco Central reduziu de 3,8% para 3,2% a previsão de

inflação de 2017. Confirmado o prognóstico, o índice findará o ano bem abaixo do piso da meta inflacionária, de 3%, e, pela primeira vez, o BC escreverá uma carta pública ao Ministério da Fazenda para explicar resultado tão positivo.

Os bons ventos da economia, atribuídos à eficácia da política monetária, deverão continuar empurrando para baixo as taxas de juros. A estimativa é de que a Selic encerrará este ano em 7%. Os analistas preveem que ela poderá chegar a 6,75% no início de 2018. Todos esses fatores positivos injetam ânimo nos setores produtivos e confirmam que apostar no Brasil está longe de ser mau negócio.

Para que o país deixe no passado o atoleiro em que patinou durante quase três anos, é essencial mais investimentos, nacionais e estrangeiros, que propiciem a abertura de oportunidades de trabalho, movimentem a indústria e estimulem o consumo. O equilíbrio dos gastos públicos também se impõe neste momento. Mas somente isso é insuficiente. É preciso pacificar o cenário político, avançar nas reformas tributária e da Previdência, e outras medidas que fortaleçam a credibilidade no Brasil, por meio de marcos legais que deem segurança jurídica aos investidores. O processo de retomada do desenvolvimento econômico passa ainda por políticas públicas que levem em consideração as demandas sociais da parcela da população em situação de vulnerabilidade. Pouco ou nada adianta crescimento com expansão da miséria.

## **A soberania e a crise na ciência: o começo do fim**

### **Correio Braziliense - 25/09/2017**

ISAAC ROITMAN

Nelson Rodrigues introduziu a expressão complexo de vira-lata quando, na decisão da Copa do Mundo, fomos derrotados pelo Uruguai. Ele apontava que o complexo de inferioridade não se limitava ao campo futebolístico. A herança deixada pelo processo de colonização refletiu também no aspecto cultural, educacional e científico. A preocupação de explorar as riquezas da terra conquistada definiu as bases do que somos hoje: país exportador de suas riquezas naturais e com injustiças sociais.

A institucionalização da ciência no Brasil foi feita na década de 1950, com a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (Capes). A partir da década de 1960, bem-sucedido sistema de pós-graduação foi implantado no Brasil. Atualmente, mais de 16 mil doutores são formados por ano.

A criação, em 1985, do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), depois MCTI, foi também marco importante. Nos últimos 20 anos, a ciência brasileira se consolidou com secretarias de C&T nos estados e suas fundações de amparo à pesquisa. Nesse período, nossa produção científica tem crescido com taxas superiores à média mundial. Uma rede de institutos nacionais de ciência e tecnologia (INCT) foi criada e políticas de integração academia-

empresa foram implantadas. Tudo apontava para um desenvolvimento científico como base da era do conhecimento. Ledo engano.

O primeiro sinal da crise da ciência brasileira foi a fusão do MCTI com o Ministério de Comunicação, no início de 2016, com um argumento não convincente de que o governo necessitava enxugar a máquina administrativa. Daí para a frente, testemunhamos grandes cortes em bolsas e em projetos. Uma emenda constitucional limitou os gastos federais a aumentos no nível da inflação por 20 anos. Em março de 2017, o governo anunciou redução de 44% no orçamento federal de ciência.

O orçamento do MCTIC será o mais baixo em pelo menos 12 anos, com apenas R\$ 2,8 bilhões. A redução de investimentos alcançou também as fundações estaduais de fomento à pesquisa. A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj) apresenta calote de R\$ 470 milhões, que está interrompendo as atividades de pesquisas, principalmente nas universidades estaduais do Rio de Janeiro. As universidades federais, entre elas a Universidade de Brasília, estão à beira do colapso. O CNPq anuncia a suspensão de bolsas de estudos. É o início do caos.

A fragilização do nosso sistema nacional de ciência e tecnologia terá implicações graves para o desenvolvimento social e econômico brasileiro. Estamos formando um exército de doutores para ficarem desempregados. Os investimentos na formação de recursos humanos, nas últimas décadas, serão desperdiçados. O desperdício da inteligência é atitude de burrice plena. Se o processo de desmonte não for interrompido, teremos um êxodo de cientistas brasileiros para países avançados, onde a ciência é valorizada.

A inserção do Brasil na era do conhecimento é questão de soberania. A reversão do presente quadro deve ser rápida, pois grupos de pesquisas que levaram anos para serem construídos serão desativados. É pertinente que nossos governantes lembrem o pensamento de Winston Churchill: "Construir pode ser a tarefa lenta e difícil de anos. Destruir pode ser o ato impulsivo de um único dia".

A restauração do MCTI deve ser imediata. Os investimentos em ciência e tecnologia devem ser incrementados. A burocracia para a aquisição de insumos e equipamentos deve ser simplificada. Projetos de parceria com o setor privado devem ser estimulados para obtenção de novas patentes e produtos. As pesquisas que visam à solução de problemas demandados pela sociedade devem ser valorizadas.

O Brasil precisa, urgentemente, tratar a educação e a ciência e tecnologia com seriedade, pois são pilares fundamentais para nosso desenvolvimento como nação. Caso contrário, continuaremos à mercê de tecnologia externa, comprometendo a nossa soberania e o fracasso da nossa missão geracional de legarmos para as próximas gerações um país soberano sem injustiças sociais, onde todos poderão conquistar a felicidade.

## **A era do financiamento de impacto positivo**

**Correio Braziliense - 25/09/2017**

DENISE HILLS

Além de oferecer crédito, fomentar novos negócios, proteger e rentabilizar recursos de indivíduos e empresas, quais são os outros papéis de um banco na sociedade? De que forma as instituições financeiras podem contribuir para um mundo com desenvolvimento mais sustentável? É papel dos bancos olhar para iniciativas que causam impactos ao meio ambiente? Perguntas assim são rotineiramente ouvidas - e respondidas - por executivos do setor. Não é de estranhar que haja questionamentos por ações mais efetivas que tragam resultados mais visíveis.

O setor financeiro se desenvolveu muito ao longo das últimas décadas e diversas iniciativas nessa linha vêm sendo feitas - inclusive no Brasil. Temos aqui, por exemplo, análise de riscos socioambientais no crédito, valorações socioambientais, impact investing e foco na transição para uma economia verde, como emissões de green bonds.

Trata-se de setor capaz de influenciar as práticas atuais e um futuro melhor, por meio de estratégias de investimento responsáveis e integradas. Não só existe a responsabilidade de entregar retornos de investimento sólidos aos acionistas, mas também avaliar como isso está sendo estimulado. É possível investir com o duplo propósito de proporcionar impacto positivo à sociedade, bem como retornos sustentáveis para os acionistas a longo prazo.

No início deste ano, em Paris, a Organização das Nações Unidas (ONU) e 19 instituições financeiras e investidores do mundo todo, responsáveis pela gestão de US\$ 6,6 trilhões em ativos, lançaram um conjunto de diretrizes globais com o objetivo de canalizar investimentos para cumprimento da Agenda 2030 e alcance da agenda, como infraestrutura, energia limpa, conservação do meio ambiente, água, saneamento, agricultura e redução de desigualdades.

Os quatro princípios para o financiamento de impacto positivo - definição, estrutura, transparência e avaliação - buscam fornecer um conjunto de diretrizes globais que poderão ser adotadas por diferentes setores, incluindo crédito para varejo e atacado, empréstimos corporativos, financiamentos e operações estruturadas além de administração de recursos. Os princípios foram desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho de Impacto Positivo, formado por investidores e representantes de instituições financeiras, e é parte da Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep-FI), como parte da implementação de um plano desenhado pelo Manifesto de Impacto Positivo, lançado em 2015.

O poder da inovação e da colaboração é forte combinação e trabalho bem articulado entre o setor financeiro e investidores, que poderá redirecionar investimentos e escalonar projetos necessários ao cumprimento dos princípios, tendo três objetivos centrais. Isso exige o envolvimento de três players centrais (entre outros): i) que os financiadores identifiquem, promovam e comuniquem a



respeito do financiamento de impacto positivo em suas carteiras; ii) investidores e doadores orientem suas escolhas de investimento e objetivos nesse sentido, avaliando holisticamente o impacto dos investimentos; iii) auditores e agências de rating prestem os serviços de verificação, certificação e rating necessários para promover o desenvolvimento do financiamento de impacto positivo.

São passos importantes que mostram que unir forças é fundamental quando falamos de causas com ampla magnitude. Ainda que os resultados sejam de médio e longo prazo, por ser iniciativa de vanguarda iniciada na Europa, cada vez mais a necessidade se mostra evidente no cenário brasileiro. O setor financeiro vem trabalhando em iniciativas para que as mudanças desejadas sejam fomentadas fortemente como a Força Tarefa de Finanças Sociais, que tem como objetivo promover oportunidades para negócios de impacto com produtos e serviços inovadores que resolvam problemas sociais e ambientais, atraindo investidores que apliquem seu capital com uma lógica que fortaleça também a performance financeira.

Compromisso e resiliência são elementos fundamentais. A discussão é aberta e o movimento está crescendo. À luz da convergência de objetivos, quanto mais o setor empresarial se envolver, melhor. Todos sairão ganhando - sociedade, empresas e o planeta.

## **Mexer do jeito certo** **Correio Braziliense - 25/09/2017**

ADELMIR SANTANA

As expressivas despesas penduradas pelas falidas administrações subnacionais que precederam às atuais, junto com os efeitos da maior recessão verificada no país, provocaram, no início de 2015, um choque financeiro de elevadas proporções nessas entidades, notadamente no DF. Um ente privado demitiria pessoas em massa, venderia ativos, ou até mudaria de ramo. Já nos entes públicos, como se sabe, a margem de manobra é bem mais limitada. Com sérias dificuldades de natureza estrutural acumuladas ao longo dos anos, restava, ali, adotar uma rigorosa gestão de caixa, caçar receitas extraordinárias, e recorrer à área federal - já que, em nossa federação capenga, esses entes viraram meros departamentos financeiros do Ministério da Fazenda. No limite, começar a atrasar pagamentos.

Sabiam, contudo, que além do enorme desgaste que os atrasos provocam, a lei proíbe que na passagem para os próximos mandatos (ou seja, entre 2018 e 2019) dívidas como essas ficassem a descoberto. O não pagamento desses atrasados poderia provocar uma pesada punição para os gestores daquele momento. Aliás, é o que se imagina que um dia vai ocorrer com os gestores faltosos da gestão anterior.

A postura do Ministério da Fazenda em relação a essa questão é a nosso ver equivocada. Em vez de acolher a solução que os dois últimos signatários deste artigo vêm apresentando há mais de um ano publicamente, disse basicamente

aos governos subnacionais que não haveria recursos para socorrê-los, e que, portanto, se virassem como pudessem.

Em contraste, vem financiando seus gigantescos deficits basicamente com emissão de moeda via Banco Central, sem atrasos ou delongas. Conhecedora dos limites dessa sua empreitada, aprovou a PEC do Teto, que proíbe o crescimento dos gastos além da taxa de inflação, e mandou ao Congresso uma reforma ampla da Previdência, com ênfase no Regime Geral (INSS), todas soluções de prazo mais longo. Tendo a maquininha do BC na mão, não precisou se preocupar com um incêndio de curtíssimo prazo como aquele que os entes subnacionais estão enfrentando.

Ocorre que mesmo só tendo efeito mais adiante, a reforma da Previdência acabou dando com os burros n"água, pela inviabilidade política de o governo Temer aprovar qualquer medida impopular após o escândalo JBS. Por seu turno, a PEC do Teto nem bem nasceu, está morrendo, pois que, sem a ajuda de reformas como a da previdência, sua implementação implicará o simples desaparecimento dos investimentos da União. A propósito, vem de ser anunciado que tais investimentos devem cair cerca de 150% no ano que vem, em termos reais, relativamente a 2014, algo realmente desastroso para o futuro do país.

Nossa proposta para equacionar a crise financeira subnacional (e de resto a da União) diz apenas que basta cumprir o que determina a Constituição em seus artigos 40 e 247. Ou seja, em vez de deixá-los no caos em que se encontram, os regimes previdenciários desses entes devem ser equacionados como fazem os fundos de pensão das empresas estatais, a exemplo da bem conhecida Previ, do Banco do Brasil, isso é, simplesmente zerando seus passivos atuariais.

Para isso, devem-se criar fundos previdenciários específicos, aos quais se aportam todas as contribuições e outras receitas como as decorrentes da gestão de ativos e recebíveis em geral, montando um fundo de investimento ao lado do previdenciário, se for o caso. Do outro lado, faz-se a transferência da despesa previdenciária dos orçamentos públicos para esses fundos, abrindo espaço para outras finalidades.

Nos orçamentos, todos os detentores de feudos passarão, nessas condições, não apenas a pagar a contribuição patronal que lhe compete em relação a seus servidores, como também a própria despesa com os respectivos inativos e pensionistas. No final a conta fecha com o cálculo de uma contribuição suplementar de todos os envolvidos.

Para aliviar a situação de curto prazo, basta antecipar o ingresso de recursos da venda de ativos e recebíveis em geral aportados ao fundo, numa operação conhecida nos mercados financeiros como de securitização. Assim, o interessante nessa solução é que ela atua tanto no curto quanto no longo prazo, em contraste com a política do Ministério, e sem qualquer impacto no resultado fiscal primário, atendendo ambas as necessidades.

Premidos por situações adversas de caixa como a atual e sem ativos rapidamente mobilizáveis para aportar a fundos como os acima citados, vários dos entes que haviam dado início ao processo de aporte de contribuições para os servidores ingressados a partir de uma certa data, acabaram anulando essas operações e retornando os recursos aos respectivos caixas. Algo nessa linha é o que o DF está agora tentando pôr em prática, talvez considerando como alto o risco de encerrar o mandato no ano que vem sem cobrir as despesas a descoberto, incluindo no cálculo as decorrentes da desastrosa gestão precedente.

A montagem desses fundos de pensão é obviamente não trivial, especialmente quando não há apoio da União. Pensamos, contudo, que, diante dos ativos significativos de que dispõem administrações como a do DF, todos os esforços possíveis devem ser envidados para adotar a melhor solução que existe, conforme acima indicado, antes de simplesmente capitular. Nesse sentido, diante da importância do assunto para nossa cidade, os signatários se colocam à disposição para colaborar com as autoridades envolvidas no assunto para elaborar um substitutivo capaz de chegar lá.

# FOLHA DE S. PAULO

Desde 1922 folha.com.br  
 DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRASS FLEHO ano 97 • SEGUNDA-FEIRA, 25 DE SETEMBRO DE 2017 • R\$ 11,90 EDIÇÃO SP: 19 • CIRCULAÇÃO: 1.091.854

## Promotores de SP rejeitam acordo com a Odebrecht

Promotores do Ministério Público de São Paulo decidiram não assinar acordo com a Odebrecht pelo qual receberiam parcelas de compensação relativas às obras da CPTM (trens), da Dersa e do DER (estradas). O acordo prevê a regularização no TCU.

Com isso, as investigações sobre autotratados das grandes obras (PSDB, Serra (PSDB) e Kassab (PSDB) devem avançar ainda mais. O início da prescrição está em



## Desigualdade só cai com reforma em tributos, diz estudo

Estudo da ONG britânica Oxfam mostra o desequilíbrio entre pagamento de impostos por ricos e pobres no Brasil e afirma que só uma reforma tributária pode reduzir a desigualdade.

O relatório aponta que, mantidas as tendências recentes, apesar de todo aumento salarial em relação aos bancos em 2016, a desigualdade

## LEANDRO COLIN Vitória de Temer na Câmara terá fatura menor

Se não der outra, em 1 ano, o governo terá uma fatura menor. A vitória de Temer na Câmara terá fatura menor.

A fatura desta vez será mais baixa para o governo. A nova arrecadação não passará de um estado de deflação de todas as parâmetros e interpretações subjetivas. (página 4)

## ENTREVISTA DA 2ª CÍRCULO Brasil deve abrir economia para ganhar qualidade

O físico-chefe da Círculo 2, que está a complexidade das economias, afirma que o Brasil tem de abrir seu mercado para aumentar a qualidade das produções locais aqui. "Mas preciso ser devagar", acrescenta.

Professor do MIT (EUA), Rodrigo Roca, faz uma crítica velada sobre os bastidores da vida acadêmica. (página 4)

## FOLHAINVEST Investimento em moedas virtuais requer cuidado e sangue frio

Investimento em moedas virtuais requer cuidado e sangue frio.

## ILUSTRADA Oscilante, Rock in Rio tem mais protestos e exalta 'experiência'

Oscilante, Rock in Rio tem mais protestos e exalta 'experiência'.



Com cartaz 'parcem se nazisten', manifestantes em Berlim reagem ao bom resultado do AfD, legenda anti-imigração

## Merkel vence, mas direita ultranacionalista avança

Um partido xenófobo obtém vagas no Parlamento pela 1ª vez desde 1945

O resultado marcou o encerramento da etapa de Merkel, que liderou a chancelaria alemã por 16 anos. Ela conseguiu um resultado melhor, disse o chanceler. "Mas temos de fazer um governo, e conta nós mesmos poder ser benéfico."

Hoje aliado da CDU, sua concorrente como oposição, o SPD (Partido Social Democrata) de Martin Schulz chegou pouco mais de 20%, o pior desempenho na história. A maior novidade do pleito foi a ascensão da AfD (Alternativa para a Alemanha).

A etapa de direita ultranacionalista alcançou 13% dos votos e três deputados no Parlamento. É a primeira vez desde o fim da Segunda Guerra, em 1945, que um partido com discursos xenofóbicos ganhou assentos no Legislativo alemão. (página 4)

## ANÁLISE JULIANO WACHIDO Maior desafio da chanceler é manter equilíbrio de política para refugiados

Maior desafio da chanceler é manter equilíbrio de política para refugiados

## Moradores veem Exército em favela com desconfiança

Moradores veem Exército em favela com desconfiança.

## EUA vetam norte-coreanos e oficiais da Venezuela

EUA vetam norte-coreanos e oficiais da Venezuela.

Atmosfera... Editoriais...

Atmosfera... Editoriais...

**TALE COM A FOLHA** - Veja como misturar em contato com o serviço de atendimento ao assinante, assinaturas e o ombudsman

**Novo ix35 2018**  
 "Supersseguro, completo e confortável. Eu não sou dele por nada."  
 A partir de R\$ 99.990,00 TAXA 0%  
 HYUNDAI

# **Comprar criptomoedas requer cuidado e sangue frio de investidor**

## **Folha de S. Paulo - 25/09/2017**

*POUPADOR PRECISA TER DINHEIRO EM ATIVOS DE MENOR RISCO ANTES DE APOSTAR EM MOEDAS DIGITAIS*

*Altos retornos são acompanhados de forte oscilação, e falta de garantias devem ser consideradas*

DE SÃO PAULO

Os sucessivos recordes da Bolsa brasileira neste ano têm disputado atenção de investidores com a moeda digital bitcoin, que acumula valorização ainda maior que a de índices acionários do país.

A criptomoeda passou a entrar nos relatórios de casas de análise de investimentos, que destacam o potencial de ganhos ao se comprar o ativo: no ano, a alta é de 276%.

Como comparação, a Bolsa brasileira subiu 25% no mesmo período. A Usiminas, ação com melhor desempenho do Ibovespa -o índice que reúne os papéis mais negociados-, avança 132%.

A valorização expressiva esconde, porém, os riscos envolvidos em investir em criptomoedas como os bitcoins.

Um deles é a forte oscilação que a moeda digital sofre. Quedas e altas diárias na casa dos dois dígitos são comuns. Se os ganhos empolgam, as baixas são um teste para quem tem aversão a perder dinheiro, mesmo que possa recuperá-lo depois.

"É para quem é ultra-agres-sivo. Deve ser encarado como uma estratégia de diversificação extrema", afirma o planejador financeiro Janser Rojo, da associação Planejar.

Antes de comprar bitcoin, diz, o investidor deveria percorrer um caminho de gradação de risco começando pela renda fixa, passando por fundos multimercados (que têm uma parte do dinheiro de aplicações conservadoras) e renda variável (como ações).

O bitcoin viria ainda depois de derivativos (contratos que derivam de outro ativo, como ouro e boi) e aplicação em câmbio tradicional (como fundos que compram dólar ou euro), para Rojo.

"Tem que ser uma aposta do investidor em uma tecnologia que ele acredita."

Avaliação parecida tem Fernando Pavani, presidente da empresa de soluções cambiais BeeTech. "Não é recomendado que pessoas físicas apliquem mais de 5% do patrimônio nessas moedas digitais. Elas não são especialistas nisso, podem não ter aproveitado o melhor momento para entrar", diz.

## ESTRATÉGIAS

Para começar a operar é preciso apresentar documento de identificação com foto, CPF e comprovante de residência para cadastro. Guto Schiavon, diretor de operações da Foxbit, explica que a empresa exige ainda comprovação de renda para transações acima de R\$ 25 mil.

Depois de aberta a conta na corretora, a compra e venda de bitcoins é feita de forma parecida com as operações no mercado de ações: o usuário define o valor que quer pagar ou receber pela moeda, e espera uma contra-parte aceitar a oferta.

As empresas que fazem a intermediação das transações cobram uma taxa, que varia de 03% a 0,7% do valor da operação.

O lucro com a venda de bitcoins acima de R\$ 35 mil é tributado em 15% pela Receita Federal e precisa ser declarado no Imposto de Renda.

## DESREGULADO

Além da forte oscilação, o bitcoin é considerado arriscado por não ser um ativo concreto e por não ter regulação própria.

Nem o Banco Central e nem a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) deram passos nessa direção.

Na Câmara, um projeto de lei para colocar moedas digitais sob supervisão do Banco Central está sob análise de uma comissão especial desde 2015 (leia mais ao lado).

Enquanto isso, as corretoras de criptomoedas replicam, como estratégia de autorregulação, as exigências feitas a todo os participantes do setor financeiro, como a identificação de clientes.

O objetivo é tentar reduzir o risco de a moeda digital ser usada em atividades ilícitas, como lavagem de dinheiro ou pagamentos relacionados a tráfico de drogas e armas, uma das principais críticas às criptomoedas ao redor do mundo.

A falta de proteção ao pequeno investidor é questionada por especialistas.

"Não é regulado e não tem nenhuma instituição financeira grande ou FGC (Fundo Garantidor de Créditos) por trás. É de extremo risco", afirma João Paulo Oliveira, analista-chefe de moedas criptografadas da XP Investimentos. Maior corretora do país, a XP diz ainda estar começando a olhar para esse mercado.

## **Embate com governos leva risco a mercado**

**Folha de S. Paulo - 25/09/2017**

DE SÃO PAULO

O presidente do JP Morgan, Jamie Dimon, chamou o bitcoin de "fraude" e ameaçou demitir funcionários que comprassem o ativo.

A declaração ocorreu após a moeda se desvalorizar quase 26% em uma semana, depois que uma das maiores Bolsas da China informou que suspenderia transações com a divisa, em meio a uma campanha repressiva do governo chinês contra criptomoedas.

Esse mercado depende da China: o país responde por cerca de 23% das operações com bitcoins e 70% da capacidade de geração de criptomoedas.

No Brasil, moedas digitais não têm regulação. Na Câmara, uma comissão especial analisa um projeto de lei de 2015 do deputado Aureo (SD-RJ), que pede a inclusão das moedas virtuais nos "arranjos de pagamento" supervisionados pelo BC, assim como o ecossistema de cartões de crédito.

Uma das preocupações citadas pelo deputado é que as moedas digitais sejam usadas em atividades ilícitas, por causa do anonimato dos usuários.

Em julho deste ano, o russo Alexander Vinnik foi preso acusado de lavar com bitcoins mais de US\$ 4 bilhões associados a ataques hackers e tráfico de drogas. Na Bolívia e no Equador, transações com a moeda foram proibidas. (db)

## **Prazo de adesão ao Refis se encerra nesta sexta-feira**

**Folha de S. Paulo - 25/09/2017**

*Mudanças nas regras de refinanciamento tributário dividem Congresso e Fazenda*

DE BRASÍLIA

A adesão ao Refis chega à reta final nesta semana em meio ao desacordo entre parlamentares da base aliada e a equipe econômica quanto a mudanças no programa de refinanciamento de dívidas tributárias. Pela medida provisória 783, a adesão ao Refis termina nesta sexta-feira (29).

Nas últimas semanas, deputados tentaram emplacar um texto substituindo as atuais condições, com um formato mais vantajoso às empresas devedoras, o que esbarrou na resistência do Ministério da Fazenda.

O impasse está no uso de créditos de prejuízos fiscais para abater o passivo inscrito na dívida ativa da União.

A equipe econômica é contra por entender que essas dívidas já foram questionadas na Justiça e tiveram decisão desfavorável às empresas - ou seja, o direito sobre esse valor já é do governo. Por isso, não há interesse em conceder benefícios para estimular seus pagamentos, como ocorre com os débitos com a Receita Federal.

O relator da medida provisória na Câmara, deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG), argumenta que versões anteriores do Refis contemplaram o benefício.

O presidente Michel Temer tentou intervir, mas o entrave segue. Novas negociações devem ocorrer nesta semana.

O principal ponto a favor da Fazenda é que o programa arrecadou R\$ 5,5 bilhões até o fim de agosto. A projeção para setembro é positiva.

Assim, passou a ser considerada a opção de deixar a medida provisória caducar -a validade se encerra em 11 de outubro e, para que novas condições passem a valer, o novo texto tem que ser aprovado no Congresso até lá.

Isso irritou a base aliada. Na sexta (22), Cardoso Jr. chamou a equipe econômica de "tecnocrata" e divulgou uma carta de entidades empresariais endossando mudanças.

O documento é assinado pela Unica (produtores de cana-de-açúcar), Abimaq (máquinas e equipamentos), Abiquim (indústria química), Brasinfra (infraestrutura) e Sinicom (construção pesada).

## **Fraudes são ameaça a quem investe em criptomoedas** **Folha de S. Paulo - 25/09/2017**

*CORRETORAS SOFREM COM ATAQUES HACKERS E PRECISAM DE INVESTIMENTOS EM SEGURANÇA PARA PROTEGER CLIENTES*

*Para fugir de golpes, é preciso investigar pessoas e empresas antes de fechar uma operação com moedas*

NATÁLIA PORTINARI

Para evitar fraudes e calotes no mercado de criptomoedas, é importante saber com quem se negocia e quais os riscos associados a cada tipo de carteira de investimento.

As bitcoins e as moedas alternativas ("altcoins") não podem ser falsificadas, mas alguém pode obter a chave de segurança usada pelas corretoras para acessar as carteiras e roubar o dinheiro.

"A quantidade de pessoas tentando hackear [os sites] é gigantesca. A empresa precisa fazer um investimento em tecnologia muito grande para manter as



contas seguras, e poucos têm capacidade para isso", afirma Rocelo Lopes, dono da corretora Coinbr.

Em 2013, um site brasileiro foi alvo de um ataque que secou as contas de 2.000 usuários. No ano seguinte, a Mt. Gox, de Tóquio, uma das maiores corretoras da moeda digital à época, com cerca de 70% das transações mundiais, suspendeu os negócios.

A empresa afirmou que cerca de 850 mil bitcoins de clientes, avaliados em US\$ 450 milhões, tinham desaparecido e possivelmente haviam sido roubados. Cerca de 200 mil foram recuperados, mas o episódio nunca foi totalmente esclarecido.

Leonardo Pimenta, empresário de Vitória (ES), perdeu 25 bitcoins (mais de R\$ 300 mil) com uma corretora.

"A moeda sumiu da minha conta. Em junho, chegou uma mensagem dizendo que eu tinha sacado. Fiz um boletim de ocorrência, mas não consegui recuperar o dinheiro."

Na última quinta-feira (21), a Polícia Civil do Distrito Federal prendeu 11 suspeitos de um esquema de pirâmide financeira que movimentou R\$ 250 milhões em uma moeda virtual falsa, a "Kripta-coin". Foram 40 mil vítimas do golpe, informou a polícia.

"É importante não cair em conversa de empresas que oferecem retornos altíssimos, com formas suspeitas de negociação. Geralmente, elas estão usando o pretexto do bitcoin para vender vento virtual", diz Fernando Ulrich, consultor da área.

Estima-se que um terço das bitcoins estejam perdidas devido a desvios, o que corresponde a R\$ 62 bilhões.

Para evitar corretoras pouco confiáveis, há formas alternativas e mais seguras de armazenar a senha de uma carteira de bitcoins, como na memória do computador, no celular ou até em um papel impresso, cada uma com prós e contras.

Lopes relata que um cliente da Coinbr decidiu usar o "paper wallet", um papel impresso com a senha. A folha estava no seu gaveteiro e foi descartada em uma faxina, o que gerou o prejuízo de aproximadamente R\$ 1,7 milhão.

Também há problemas com a venda direta, de uma pessoa para outra ("P2P"), na qual a transação é feita com base na confiança. É recomendável procurar referências do nome da pessoa.

A investidora V. T., 36 anos, de Palhoça (SC), afirma que perdeu R\$ 2 mil tentando comprar bitcoins de um perfil falso no Facebook, que se passava por um corretor e tomou seu dinheiro sem dar a contrapartida.

"As taxas de corretoras são altas, então decidi procurar um P2P. Fui ingênua, como todo mundo que cai em golpe, porque acreditei em quem não devia. De agora em diante, só uso as exchan-ges [corretoras]", afirma.

As empresas MinerWorld e D9 são suspeitas de esquema de pirâmide no Paraguai, investigadas pela agência local equivalente à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Nos Estados Unidos, GAW Mi-ners e ZenMiners estão na mira das autoridades.

## **Caixa volta a financiar até 50% de imóvel usado**

### **Folha de S. Paulo - 25/09/2017**

Regras passam a valer nesta segunda-feira

DA REUTERS

A Caixa Econômica Federal volta a reduzir o teto de financiamento de imóveis usados e suspenderá novos contratos transferidos de outros bancos, segundo um documento enviado pelo banco a agentes imobiliários.

Numa carta enviada a instituições parceiras na quinta-feira (21), o banco estatal avisa que seu teto de financiamento para imóveis usados cairá para 50% do valor do bem.

Ao mesmo tempo, a Caixa informa a suspensão de novos financiamentos com interveniente quitante, operações em que um imóvel já financiado por outro banco é vendido para um terceiro.

As medidas entram em vigor nesta segunda-feira (25).

Adicionalmente, o banco federal recomenda à sua rede que dê preferência a contratos que possuam menores cotas de financiamento e que tenham indicação ou melhor qualificação.

As medidas reforçam a gradual diminuição de atividade de concessão de crédito do banco estatal, que tem enfrentado com mais intensidade os efeitos de dois anos seguidos de forte recessão do país, período em que seguiu ampliando a oferta de financiamentos.

No mês passado, a Caixa havia reduzido o volume financiável das principais linhas de crédito, com o teto para imóvel usado na tabela Price caindo de 70% para 60% com recursos da pró-cotista e de 80% para 70% na CC FGTS.

Em julho, a Caixa havia anunciado que a linha pró-cotista que tinha sido suspensa devido a falta de recursos será retomada apenas em 2018.

## **Só reforma tributária pode reduzir desigualdade**

**Folha de S. Paulo - 25/09/2017**

### *ESTUDO MOSTRA DIFERENÇA DE CARGA DE IMPOSTOS POR FAIXA DE RENDA NO PAÍS*

*Salários de negros e brancos e de homens e mulheres devem levar décadas para serem iguais, diz pesquisa*

FERNANDA MENA

Em 2016, Joesley Batista, pivô de um dos maiores escândalos de corrupção do país, pagou em impostos menos de 1% do que recebeu como administrador (R\$ 2,2 milhões) e acionista (R\$ 103 milhões) de suas empresas.

O dado consta da declaração de Imposto de Renda entregue por Batista à Procuradoria-Geral da República no âmbito do acordo de delação premiada e vazada meses atrás. Mas, neste caso, não existe ilegalidade.

É que no sistema tributário brasileiro, quanto mais se ganha, menos se paga em impostos proporcionalmente, o que tende a perpetuar os altos índices de desigualdade do país.

"Sempre que se fala em reforma tributária, surge a discussão sobre quem vai pagar a conta. Acontece que 99% dos brasileiros é que pagam o pato, e precisamos dividir essa conta com o 1% restante, que paga proporcionalmente muito menos", avalia Katia Maia, diretora-executiva da Oxfam Brasil, ONG britânica que lança, nesta segunda-feira (25), o relatório "A Distância que Nos Une -Um Retrato das Desigualdades Brasileiras".

O documento destrincha

vários aspectos das iniquidades do país, seja entre ricos e pobres, mulheres e homens ou negros e brancos. Aponta, por exemplo, que, se mantidas as tendências dos últimos 20 anos, mulheres só terão seus salários equiparados aos dos homens em 2047. E negros terão isonomia salarial em relação aos brancos apenas em 2089.

O relatório mostra ainda que os 5% que estão no topo da pirâmide econômica do Brasil concentram a mesma renda dos 95% restantes. E que um trabalhador que receba um salário mínimo mensal levará 19 anos para ganhar o mesmo que aqueles que integram o 0,1% mais rico do país recebem em apenas um mês.

Segundo o relatório da Oxfam, o combate a essas desigualdades passa necessariamente pela revisão da forma como o Estado arrecada e distribui recursos.

"O problema não são os ricos, mas o sistema tributário, que faz com que quem tem mais tenha cada vez mais", afirma Maia.

"Algum nível de desigualdade é inevitável, mas precisamos reduzir os extremos. Nossa tributação hoje não é excessiva, mas é injusta."

Ainda segundo dados compilados pela ONG, quem tem rendimento de 80 salários mínimos tem isenção de cerca de 66% em impostos enquanto para quem recebe de 3 a 20 salários mínimos essa isenção é de cerca de 17%. E na faixa mais baixa, entre 1 e 3 salários mínimos, ela é de apenas 9%.

## **Editorial**

### **Estatismo aéreo**

**Folha de S. Paulo - 25/09/2017**

Privatização da empresa que cuida do setor aeroportuário enfrenta resistências entre governistas, como também se viu no caso da Eletrobras

Atê junho, circulava pelo governo a ideia de privatizar a Infraero, estatal do setor aeroportuário. Autoridades da área econômica planejavam vender os 56 terminais da empresa e extingui-la até 2018.

Os aeroportos seriam licitados em seis blocos, com operações lucrativas e deficitárias em cada um deles. As vencedoras dos leilões, em um primeiro momento, absorveriam os funcionários atuais.

Entretanto a ideia foi bombardeada por aliados do Palácio do Planalto, em particular pelo PR do ministro dos Transportes, Maurício Quintella. Em audiências e depoimentos no Congresso, em agosto e setembro, o ministro reiterou que a privatização não está nos planos.

Como se aproxima o fim deste 2017 -e, a seguir, o ano eleitoral encurtará, na prática, a vida útil do presidente Michel Temer (PMDB)-, o fim da Infraero parece ter sido adiado "sine die".

Segundo o ministro, seriam concedidos à gestão privada alguns terminais, e o capital da empresa seria aberto. Já a pasta do Planejamento pretende avançar na desestatização, a começar por Congonhas, com o qual se pretende obter R\$ 6 bilhões.

Existem, decerto, questões estratégicas em qualquer setor da infraestrutura. É preciso, por exemplo, que o poder público mantenha agências de regulação e de planejamento da expansão da rede nacional de aeroportos.

Há que zelar, ademais, pelo provimento dos serviços em localidades nas quais não se observem perspectivas de lucro imediato, mas que mereçam o investimento por motivos socioeconômicos de outra natureza.

São tarefas cruciais, sem dúvida. Para que sejam levadas a cabo, no entanto, não é necessário que o Estado permaneça na atividade empresarial, na qual

tem mostrado escandalosa ineficiência, quando não pendor à corrupção - ocioso mencionar os casos notórios de Petrobras, Eletrobras e Correios.

Os desmandos nessas companhias contribuíram de forma decisiva para levar o país a uma recessão de três anos e à ruína orçamentária. Tal histórico, porém, não intimida os defensores do estatismo; ao contrário.

A proposta de privatizar a Eletrobras, por exemplo, enfrenta oposição na esquerda, na corporação de funcionários e, não menos importante, na coalizão governista.

Não se faz segredo de que a gigante estatal e suas 38 subsidiárias compõem um manancial de cargos, verbas e influência a alimentar máquinas partidárias associadas ao Planalto.

Ao que parece, o que se pretende é basicamente manter o statu quo, no qual políticos demonstram poder onde não deveriam exercê-lo: no mundo das empresas, que deveria ser o da eficiência.

É motivo bastante para ao menos retomar os planos de privatização da Infraero, deixando-os prontos para o próximo governo.

## **Castas**

**Folha de S. Paulo - 25/09/2017**

FERNANDO CANZIAN

Em "Brasil: Uma Biografia", Lilia Schwarcz e Heloísa Star-ling resgatam como, recém-chegados ao Rio em 1808, membros da corte de d. João tomavam para si os melhores edifícios da cidade escrevendo com giz nas fachadas as letras "PR" (príncipe real) e, assim, desalojavam sumariamente os proprietários.

Enquanto a corte inchava à custa de novos impostos, a elite local era compensada com títulos e muitos cargos.

Na época de d. Pedro 2º, os "bacharéis" é que buscavam cargos públicos, "de preferência de fachada, que não requeressem empenho pessoal".

Com o tempo, o Estado brasileiro se converteu em regime republicano e democrático e se aperfeiçoou a ponto de limitar-se a ser quase uma só e imensa "folha de pagamentos", destinada especialmente a favorecer novas elites.

Atualmente, quase 70% das despesas do Tesouro são salários, aposentadorias e assistência social, valores que crescem sempre acima do PIB, estrangulando gastos em áreas-fim como saúde e educação.

Na base desses gastos e do déficit da Previdência estão as despesas da máquina pública, protegida em sua estabilidade e blindada contra ciclos econômicos de baixa que afetam o resto da sociedade.

Enquanto as aposentadorias no setor privado estão limitadas a R\$ 5.531, as do Judiciário e Legislativo vão de R\$ 18 mil a R\$ 28,5 mil. Assim, o déficit com aposentadorias de 1 milhão de servidores públicos supera o de 33 milhões de aposentados privados.

Já entre os servidores da ativa no Executivo, quase um quarto ganha mais de R\$ 13 mil, e 70%, acima de R\$ 5.000. Na média do funcionalismo, os vencimentos são cerca de 60% maiores do que os pagos para a média dos trabalhadores no país, de R\$ 2.100.

Historicamente, crises que deveriam ter sido pretexto para reformar essas distorções terminaram resolvidas com mais impostos ou pela chegada de outro ciclo de crescimento, como o que se ensaia agora, aprofundando o problema.

Em "Por que as Nações Fracassam", Daron Acemoglu e James Robinson identificam o insucesso de vários países com o que chamam de "elites extrativistas": castas preocupadas em existir com o objetivo maior de continuar existindo.

Foi assim no Brasil do passado, com repasses de tributos e tarifas comerciais a membros da casta de então, e tem tudo para continuar sendo.

Mas isso não é destino. Trata-se de corporativismo, com estabilidade no emprego e falta de metas.

Parte do problema vem finalmente sendo atacada com o projeto de lei do Senado 116/2017, que, por meio de sistema de avaliação por pontos, faculta demissões nas esferas federal, estadual e municipal por insuficiência na função.

O projeto sofre fortes pressões contrárias, e a sociedade deveria acordar para isso.

FERNANDO CANZIAN é repórter especial.

## **Do parto ao porto**

### **Folha de S. Paulo - 25/09/2017**

CARLOS AYRES BRITTO

A crise brasileira dos dias presentes é um divisor de águas. Divide um Brasil multissecularmente patrimonialista e um Brasil que decidiu extirpar de si essa primeira e mais grave causa de sua fragilidade estrutural. Um foco de fragilidade estrutural -esse tal de patrimonialismo- que se desdobra numa diabólica trindade: a corrupção sistêmica, o desperdício mais desenfreado de recursos públicos, o corporativismo de todos os matizes e disfarces. Tudo junto a impedir que o substantivo "sacrário" rime com "erário".

Esta a maior e mais bela de todas as novidades: a firme decisão coletiva de expulsar dos quadrantes da nossa história a fera praticamente imemorial do patrimonialismo. Perceptível que fechar de vez suas torneiras antecipa a certeza de que vai sobrar dinheiro para o novo Brasil compatibilizar sua enorme riqueza material com a prosperidade igualmente material de todo o povo. O que já pressupõe compatibilizar poder e pudor. Também perceptível que ética na política é a mais bonita arte de se dar ao respeito.

Nesta última e dúplice compatibilização, o porto. O porto seguro de um Brasil depuradamente ético e materialmente justo. Que não é senão o mais acalentado sonho de um Brasil primeiro-mundista. Logo, tão civilizado quanto humanista. Este Brasil que, também nos dias presentes, está sob visível trabalho de parto. Um parto fluente, em demanda de um porto seguro. O porto como fenômeno pós-parto, então, que para isso a Constituição de 1988 concebeu uma democracia pra valer.

A situação é esta: a democracia pós-Constituição de 1988 está a parir um novo país. Trabalho de parto delicado, cuidadoso, paciente, dificultoso, doído, em suma, porém firmemente decidido a chegar ao melhor dos resultados: um Brasil novinho em folha.

Um Brasil em busca de sua identidade por cima. Tão honrosa quanto socialmente justa. Sem nenhum continuum com o velho Brasil dos craques da coxia, dos camarins, dos bastidores. Matrios artífices do coronelismo, numa linguagem político-sociológica. Do caciquismo, num vocabulário político-partidário. Do caixa-dois e do diabo-a-quatros, já numa tristíssima dimensão eleitoral e de um compadrio político-empresarial tão ganancioso que faz mentores e operadores perderem toda noção de limite ético e lógico.

Mas alentador é perceber que a demora de correção de rumos se atenua mais e mais. É que a democracia brasileira já dispõe de uma equipe de parto que não dorme em serviço. Além do que tão crescentemente numerosa quanto mentalmente emancipada. Tão em sentido orgânico ou subjetivo quanto operacional ou objetivo.

A democracia pós-Constituição de 1988 está a parir um novo país. Trabalho decidido a chegar ao melhor resultado: um Brasil novinho em folha

Falo, por ilustração, da liberdade de imprensa em plenitude. Da soberania popular que se manifesta por iniciativas de projetos de leis. Da cidadania que sai às ruas, praças e avenidas. Da cidadania dos aplicativos de internet, a plasmar um novíssimo e heterodoxo tipo de democracia mesma, porquanto nem indireta ou representativa, nem direta ou participativa. Mas um tipo de democracia subjetivamente difusa, geograficamente universal e temporalmente instantânea ou online. Que não decide nada, mas a que chega mais rapidamente aos calcanhares e às sinapses (para não dizer tremores) neurais dos que decidem sobre tudo.

Também à guisa de ilustração, falo dos novos mecanismos dos sistemas de compliances e dos acordos de leniência. Do instituto da colaboração premiada,

esse utilíssimo coadjuvante no desvendamento de crimes perpetrados por organizações criminosas, desde que aplicado, óbvio, com toda observância do devido processo legal substantivo.

Da lei de acesso à informação do cotidiano estatal. Da obrigatoriedade de publicação das folhas de pagamento dos agentes públicos. Das instituições estatais que não têm o poder de governar, é certo, mas dotadas do poder de impedir o desgoverno. Caso dos Tribunais de Contas e daquelas integrantes do sistema de Justiça, com ênfase para o Poder Judiciário, as Defensorias Públicas, o Ministério Público e os órgãos de segurança pública, estes últimos quando no desempenho da chamada polícia judiciária.

Com a peculiaridade de que o Ministério Público brasileiro foi tão empoderado pela Constituição que mantém com a pessoa jurídica do Estado uma linha direta ou sem a mediação de nenhum dos Poderes da República.

Isto por lhe caber "a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis" (art. 127). Finalidades que balizam, orientam o tempo todo o próprio exercício das funções que a ele compete, inclusive monopolizar o exercício da ação penal pública incondicionada.

O Brasil tem jeito. Aquele agente que não tiver passado também já não terá futuro.

*CARLOS AYRES BRITTO, doutor em direito constitucional pela PUC (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), foi presidente do Supremo Tribunal Federal*



# O GLOBO

SEXTA-FEIRA, 22 DE SETEMBRO DE 2017 - AMANHÃ - R\$ 2,00 — (11) 3037-1000 — [www.oglobo.com.br](http://www.oglobo.com.br)

ROCK IN RIO  
REUNINDO CARLICO



**Maratona chega ao fim**  
**ROCK CONTRA CRISE**

O Rock in Rio terminou em madrugada de hoje, com shows de bandas como Terno Seco e Os Mutantes. Depois há o show de abertura do próximo ano, em novembro.

## Merkel busca coalizão para novo governo

A chanceler alemã Angela Merkel foi eleita novamente para um quarto mandato, com 32% dos votos. O Partido Democrático da Alemanha lidera a coalizão para o novo governo.



Merkel, 64 anos, venceu mais de 1 milhão de votos para o partido que lidera a coalizão para o novo governo.

## União anuncia R\$ 200 milhões para eventos na cidade

**Calendário turístico de 2018 terá cerca de 100 atividades**

Durante apresentação do programa que reuniu cinco ministros, governador e prefeito, a questão da segurança foi enfatizada.

O governador anunciou que a União vai investir R\$ 200 milhões em eventos turísticos em Rio de Janeiro em 2018. O programa prevê cerca de 100 atividades, incluindo shows, festivais e eventos culturais. A segurança será uma prioridade durante a realização dos eventos.



## Guerra do tráfico faz preços dispararem na Rocinha

Montadores de favelas, que lutam contra o tráfico, estão a ganhar mais dinheiro e isso é o que faz os preços dispararem na Rocinha.

## Apenas 55% do esgoto produzido no país recebem tratamento

Brasil precisa investir R\$ 150 bilhões para levar saneamento básico a toda a população.

**ESPORTE**  
**BOTAFOGO ENTRA NO G-6**

**YÔ YÔ YÔ**  
A mais de pessoas com diabetes em 10 minutos. **PAÍS 2**

**RICARDO NOBLET**  
Por que Marcelo não é o melhor jogador? **PAÍS 2**

**SANTY DANA**  
Uma a favor e 100 milhões de votos. **PAÍS 2**

## **Saneamento pela metade**

**O Globo - 25/09/2017**

*Universalizar tratamento de esgoto vai requerer R\$ 150 bi: 45% da população não são atendidos*

MANOEL VENTURA

O Brasil precisa investir R\$ 150 bilhões para garantir a todos os moradores das cidades acesso ao serviço de saneamento básico adequado até 2035. Atualmente, o esgoto gerado por 45% de toda a população brasileira não recebe qualquer tipo de tratamento, aumentando os riscos de poluição e contaminação de rios, lagos e outros mananciais onde os rejeitos são lançados. Diariamente, 5,5 mil toneladas de esgoto não tratado chegam principalmente aos rios, mas também vão parar em reservatórios de água, mananciais e lagos do país.

Os dados estão em estudo inédito sobre o saneamento básico no país produzido pela Agência Nacional de Águas (ANA), autarquia federal responsável pela gestão dos recursos hídricos brasileiros, divulgado ontem. A agência reguladora pesquisou a situação dos serviços de esgotamento sanitário em todos os 5.570 municípios brasileiros.

O levantamento aponta que 43% da população brasileira urbana são atendidos por sistema coletivo (rede coletora e estação de tratamento de esgotos); 12%, por solução individual (fossa séptica); 18% se enquadram na situação em que os esgotos são coletados, mas não são tratados; e 27% são desprovidos de atendimento, ou seja, não há coleta nem tratamento de esgoto. Somando a parcela dos cidadãos que não têm esgoto tratado e os que não têm coleta, são 45% da população, ou 93,6 milhões.

Pela primeira vez um estudo levantou, em todas as cidades do país, as condições do tratamento dos resíduos coletados. Os resultados mostram que, apesar de a maioria da população ter algum tipo de coleta de esgoto, mesmo que de forma individual, esses resíduos são tratados de maneira inadequada e ineficiente na maior parte do país.

A resolução nacional que estabeleceu condições e padrões de lançamento do esgoto na natureza determina que o tratamento dos resíduos deve remover 60% da carga orgânica antes do lançamento direto na água limpa. Entretanto, a maioria das cidades brasileiras (4.801 cidades, totalizando 129,5 milhões de habitantes) apresenta níveis de remoção de esgoto inferiores ao percentual definido pelo governo.

### **SITUAÇÃO COMPROMETE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

No outro extremo, apenas 769 cidades (14% do total) têm índices de remoção de esgoto superiores a 60%, sendo que a Região Sudeste concentra a grande maioria dessas cidades. Tudo que não é tratado adequadamente vai para as águas do Brasil, principalmente para os rios.

O coordenador do estudo, Sérgio Ayrimoraes, afirma que o esgoto despejado nos rios brasileiros tem relação direta com a crise de abastecimento de água em grandes cidades como São Paulo. Brasília hoje passa por um racionamento que deixa a população pelo menos um dia sem água a cada seis dias.

- Não basta o esgoto ser tratado, ele precisa ser tratado com um nível de eficiência. O resultado da ineficiência é rio poluído. Do ponto de vista da segurança hídrica, do abastecimento das cidades, a relação do esgoto sem tratamento com o agravamento da crise hídrica é direta. Uma das consequências da poluição é não poder usar essa água para o abastecimento humano - disse.

O levantamento da Agência Nacional de Águas aponta que 70% dos 5.570 municípios têm tratamento de esgoto com, no máximo, 30% de eficiência. O restante dos dejetos que não é tratado vai para os rios. E apenas 31 dos cem municípios mais populosos têm remoção de esgoto acima de 60%. Os estados de São Paulo e Paraná, além do Distrito Federal, tratam adequadamente mais da metade de todo o esgoto gerado por sua população.

Em todo o país, são geradas cerca de 9,1 mil toneladas de esgoto por dia. Os 106 municípios com população acima de 250 mil habitantes são responsáveis por 48% do total. É sobre esse montante que deve haver uma remoção de ao menos 60% do esgoto antes de o material ser lançado na natureza.

## SITUAÇÃO PIOR NO NORDESTE E SUDESTE

Aliado ao déficit na coleta e no cuidado do esgoto, somente um terço das estações de tratamento identificadas usam processos com remoção de material orgânico superior a 80%, concentradas na Região Sudeste.

O estudo alerta que essa situação do saneamento no Brasil pode comprometer a qualidade da água, principalmente próximo a áreas urbanas, havendo risco de afetar a saúde da população e até inviabilizar seu uso, especialmente para o abastecimento humano. Com tanto esgoto, tratado ou não, indo diariamente para a água limpa, os rios não dão conta de absorver e diluir todo o material orgânico.

Assim, 57% da população brasileira estão em municípios em que os rios não têm vazão suficiente para a diluição da carga orgânica sem recorrer a processos de tratamento mais eficientes ou comprometer a qualidade de água. Do total da malha hídrica avaliada na situação atual, cerca de 4,5% (83.450 quilômetros) estão com concentração de matéria orgânica equivalente aos limites estabelecidos para a classe 4, o pior grau na classificação feita pela ANA, "o que restringe significativamente as possibilidades de uso dessas águas".

Após avaliar todo o passivo brasileiro na área de saneamento, foi possível aos pesquisadores da ANA chegarem ao investimento necessário para universalizar a coleta e o tratamento do esgoto no Brasil até 2035: R\$ 150

bilhões. Esse número foi detalhado para cada cidade do país, levando em consideração uma série de aspectos. Os autores do estudo identificaram as regiões Nordeste e Sudeste como as que mais precisam de investimentos. A avaliação é decorrente do baixo nível de cobertura, da alta ocorrência de rios intermitentes ou efêmeros (caso do Nordeste) e do grande número de aglomerados urbanos densamente habitados (caso do Sudeste).

## **Renca: governo sabia que teria de mexer em áreas protegidas**

**O Globo - 25/09/2017**

*Potencial de exploração mineral já tinha sido mapeado por ministério*

FRANCISCO LEALI  
MANOEL VENTURA

Apesar de ter alegado que o decreto que revogou a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca) preservava áreas de proteção ambiental e reservas indígenas, o governo sabia de antemão que, para liberar a exploração mineral, teria de mexer na legislação para derrubar as restrições à atividade em florestas até então protegidas. Para isso, áreas com planos de manejo em que são permitidas apenas certas atividades extrativistas precisariam ser abertas ao garimpo. Documentos do Ministério de Minas e Energia (MME) revelam que, desde os primeiros movimentos para edição do decreto que revogou a Renca, o governo sabia que a mineração teria de entrar em regiões onde o setor estava proibido de operar, em razão da preservação ambiental.

Um dos primeiros textos da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, de dezembro de 2016, diz que havia restrições de "ordem ambiental" e seria preciso rever planos de manejo de unidades de conservação no Pará e no Amapá, "liberando áreas para realização de novas pesquisas e lavra".

Após a edição do decreto no fim de agosto - que teve seus efeitos suspensos e pode ser definitivamente revogado pelo presidente Michel Temer devido à reação da sociedade -, o governo alegou que a medida preservava áreas de proteção ambiental e reservas indígenas. Mas nunca admitiu que a mineração implicaria mexer em planos de manejo.

Na nota, os técnicos do MME recomendaram que, além de revogar o decreto da Renca, seria necessário rever o plano de manejo da Floresta Estadual do Paru, no Pará. Argumento: a área "ocupa e restringe as principais áreas minerais". A Renca tem mais de 46 mil quilômetros quadrados, do tamanho da Dinamarca.

A nota técnica 9/2016 mostra mapas que indicam a presença de minerais em reservas indígenas; em unidades federais de preservação ambiental, como a Estação Ecológica do Jari, na divisa entre Pará e Amapá; e em áreas de preservação estadual. Um dos mapas mostra lavra autorizada dentro da

Reserva Biológica de Maicuru, área de proteção integral do Pará, vedada a esse tipo de atividade.

A nota técnica atestava que a Renca tem "uma das melhores áreas no mundo para pesquisa mineral de ouro e fosfato". No mês passado, em meio à polêmica sobre o decreto, o governo minimizou o potencial mineral.

- O conhecimento geológico da área é extremamente baixo. O Brasil tem oportunidade de conhecer de fato o potencial mineral - dissera o secretário de Mineração, Vicente Lôbo, na época.

Mas documentos internos do ministério que passaram por Lôbo falam que a Renca é rica em ouro e em outros minerais. A exposição de motivos da primeira versão do decreto lista o que a empresa pública Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) já havia prospectado na Renca, "tendo conseguido identificar e individualizar alguns ambientes geológicos altamente indicativos da existência de depósitos de ouro, titânio, fosfato, cromita, cobre/prata, níquel/platina, tântalo, ferro e manganês".

#### TRECHO FOI CORTADO

O trecho é o item 8 de 14 da versão preliminar da exposição de motivos preparada pela Secretaria de Mineração. Na versão assinada pelo ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho, e enviada ao Planalto, o trecho sobre achados minerais foi suprimido.

A primeira versão do decreto, além de revogar a Renca, estabelecia critérios para manter ou anular os pedidos de exploração. Após consulta jurídica, o ministério desistiu de incluir os artigos. O tema foi tratado numa portaria publicada no Diário Oficial no início do ano, preparando o caminho para extinção da reserva.

O texto do decreto passou a ter dois artigos, sem qualquer referência a preservar áreas indígenas ou unidades de conservação. Essa versão sem as ressalvas foi assinada pelo ministro e enviada a Temer. Mas a Casa Civil recomendou que ficasse expresso no texto a ressalva às terras indígenas e às de proteção ambiental.

Por nota, o ministério disse que os documentos que constam na proposta de extinção da Renca tratam de informações geológicas da CPRM até 1994, ano das últimas pesquisas na área: "Considerações sobre "restrições de ordem ambiental," que obrigariam a revisão de planos de manejo de unidades de conservação no Pará e no Amapá, "liberando áreas para realização de novas pesquisas e lavra," nessa ordem, reforçam a posição cautelosa do governo quando da edição do decreto com todas as salvaguardas previstas na legislação de proteção e preservação ambiental".

## **Portabilidade de crédito cresce com queda de juros**

### **O Globo - 25/09/2017**

*Redução da Selic acirra competição entre bancos, permitindo ao consumidor negociar taxas menores*

RENNAN SETTI

O ciclo de redução de juros iniciado no ano passado está permitindo aos devedores com paciência para pesquisar encontrar taxas mais amigáveis. A portabilidade de crédito para novos bancos por pessoas físicas somou R\$ 10,6 bilhões entre janeiro e agosto, um salto de 139% na comparação com o mesmo período do ano anterior. O patamar é recorde. Segundo especialistas, a queda da Selic - que recuou de 14,25% para 8,25% em menos de um ano - tem acirrado a competição entre as instituições financeiras.

- Como a portabilidade como conhecemos foi estabelecida em 2013, este é o primeiro momento em que o consumidor está de fato conseguindo taxas menores em outros bancos porque, até então, os juros do país só haviam subido. Além disso, a mudança do rotativo também está levando a um cenário de juros mais brandos para o consumidor - afirma Ione Amorim, economista do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec). - É um movimento positivo, porque foi justamente para isso que a portabilidade foi criada.

A portabilidade é a possibilidade de transferir uma dívida de uma instituição financeira para outra. Pode-se transferir qualquer tipo de empréstimo, desde um simples crédito pessoal até o financiamento de um imóvel. Os empréstimos consignados, que já trabalham com taxas competitivas, são o segmento mais explorado.

Cabe à pessoa devedora buscar essa alternativa. A ideia é estimular a concorrência entre bancos, beneficiando o consumidor. Como o Banco Central não obriga uma instituição financeira a comprar a dívida de outra, o cliente deve ser ativo na negociação de taxas menores junto aos outros bancos.

- Houve uma vertiginosa queda da taxa de juros, que saiu de 14,25% e rumou para 7% em dezembro. Isso, por si só, aumenta a competitividade entre os bancos e estimula o mercado de troca de crédito. Estamos falando principalmente de consignado. Bancos como o Olé Consignado (do qual o Santander tem 60% do capital) e Daycoval estão famintos por esse mercado, com taxas competitivas - diz João Augusto Salles, analista do setor bancário da consultoria Lopes Filho & Associados.

"COMODISMO É RASGAR DINHEIRO"

De acordo com Salles, também houve influência das aquisições entre grandes bancos, como a compra do HSBC Brasil pelo Bradesco e do segmento de varejo do Citi pelo Itaú Unibanco: - Nesse movimento de aquisições, há troca de correntistas. Os bancos públicos também estão mais proativos, buscando melhorar performance, o que instiga o mercado da portabilidade.

Para especialistas em finanças pessoais, a portabilidade oferece a oportunidade de romper uma relação "acomodada" com um banco que cobra caro.

- O mercado tem a cabeça meio errada: valorizam-se mais os clientes novos do que os antigos. Faz-se de tudo para atrair novos clientes. Por isso, muito provavelmente você vai receber uma proposta muito boa se tiver uma dívida e buscar outra instituição. Mas é claro que isso não vale muito para quem tem score (nota) baixo de crédito, como quem está negativado - afirma Thiago Nigro, planejador financeiro e criador do site Primo Rico. - O banco está em uma zona de conforto e sabe que você acha trabalhoso mudar de instituição. Mas esse comodismo é rasgar dinheiro.

Mesmo assim, é aconselhável negociar antes com o banco atual.

- Antes de fazer a portabilidade, é mais interessante conversar com seu gerente para saber como pagar menos no seu banco - diz Mauro Calil, fundador da Academia do Dinheiro e especialista em finanças do banco Ourinvest.

Segundo Calil, caso se faça a portabilidade, o cliente pode tentar renegociar a dívida de forma mais interessante no novo banco, mas deve ficar atento a taxas e encargos cobrados nessa negociação: - Às vezes, o novo gerente oferece a possibilidade de esticar o prazo do empréstimo. Embora isso resulte em parcelas menores, o valor final será muito maior. Por isso, é fundamental olhar para o CET, o chamado custo efetivo total.

Ione, do Idec, lembra que a regra de ouro da portabilidade é que não pode haver qualquer aumento no valor da dívida ou no tempo de parcelamento do débito: - Também deve-se ficar atento à cobrança de taxas, que não podem existir, assim como é vedada a inclusão de outros produtos no contrato, como títulos de capitalização ou seguros.

Em nota, o Itaú Unibanco diz não ter registrado crescimento expressivo na portabilidade de crédito de empréstimo pessoal, financiamento imobiliário ou de veículos, mas, sim, no consignado. Esse aumento, explica, acompanhou o crescimento da carteira de crédito. O Banco do Brasil, por sua vez, afirma que a portabilidade tem crescido, "contribuindo para o crescimento da nossa carteira" e "seguindo um comportamento visto no crédito consignado como um todo". O BB diz que vem usando a portabilidade também como instrumento fidelizador, oferecendo "taxas especiais" para quem trazer dívidas de outras instituições.

Procurados, Bradesco e Santander não se manifestaram sobre a portabilidade.

## **Editorial**

### **Única alternativa**

**O Globo - 25/09/2017**

O sufoco fiscal em que se encontra o governo — o déficit primário continua acima dos 2% do PIB, desde a saída de Dilma Rousseff, responsável pela crise — é forte mola propulsora para levá-lo a programar a privatização da Eletrobras, bem como acelerar a licitação de concessões (estradas, aeroportos, por exemplo), entre outras medidas.

A questão é que não se trata apenas de uma oportunidade de o Tesouro obter, estima-se, algo entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões. Para efeito de comparação, a meta para este ano e o que vem é de déficits de R\$ 159 bilhões. Uma ajuda nada desprezível. Até mais do que isso, privatizar a Eletrobras é essencial para preservar o setor elétrico e garantir os investimentos necessários a fim de garantir o fornecimento de energia que sustenta o crescimento da economia, sem risco de apagões.

Também é fato que a barbearagem cometida pela ainda presidente Dilma Rousseff, tida como competente conhecedora do sistema elétrico brasileiro, desestabilizou de tal forma a estatal que, por ironia, ajudou a inviabilizá-la de vez como estatal.

Ao baixar a Medida Provisória 579, em 2012, para reduzir na base do voluntarismo a tarifa de luz em 20% — com evidente objetivo político-eleitoral —, o equilíbrio do sistema foi rompido. Com ideia fixa na “modicidade” tarifária — fez o mesmo no pedágio em estradas licitadas, e obras não foram feitas —, o governo Dilma, por aquela MP, estabeleceu regras para antecipar a renovação de concessões ainda a vencer. O princípio era que usinas amortizadas poderiam cobrar tarifas mais baixas.

A filosofia intervencionista, porém, nunca consegue manejar com todas as variáveis. E assim, elétricas públicas de estados (Cesp, de São Paulo; Cemig, de Minas; Copel, do Paraná) não aceitaram as condições da MP, enquanto as estatais federais foram obrigadas a aderir ao novo regime. O autoritarismo é intrínseco ao dirigismo. Veio um longo período de seca, e desmontou de vez o sistema de Dilma.

Nem toda a energia passou a ser produzida sob as regras que queria o governo, que enquadrou as usinas incluídas nas novas regras num sistema de cotas, em que a energia era vendida a preços baixos. Sem considerar variações de custos das hidrelétricas, por exemplo. Um modelo típico do planejamento centralizado.

O longo período de seca na hidrologia desmontou o castelo de cartas, montado bem no estilo lulopetista. O parque de termelétricas, principalmente a gás e óleo, de custo mais elevado, foi acionado e pulverizou a “modicidade”. Dilma continuou tentando, e o Tesouro foi convocado a subsidiar parte do aumento de custo. No fim, restou um tarifaço, para equilibrar o sistema no lado



financeiro. Sem considerar rombos em empresas, com a volta dos “esqueletos”.

Os estragos do dirigismo deixaram heranças, uma delas, a impossibilidade de uma Eletrobras combatida arcar com os investimentos em energia de que o país necessita. Vendê-la é a única alternativa sensata. Também para melhorar a gestão do setor e livrá-lo de delírios de poderosos de turno. Como aconteceu no lulopetismo.

## **Medida irresponsável** **O Globo - 25/09/2017**

CARLOS ZARATTINI

A privatização da Eletrobras, anunciada pelo governo Temer, é uma medida irresponsável e contrária aos interesses nacionais. Afeta a segurança energética do país, ao permitir o controle de um setor estratégico por estrangeiros, e acarreta diretamente aumentos nas contas de luz, ao submeter a política da área apenas aos interesses de mercado.

O país perde a capacidade de planejamento, a energia passa a ser tratada como uma mercadoria e não mais como bem público, com todas as suas consequências.

Com o modelo atual, dos governos Lula e Dilma, o Brasil pôde atravessar a pior seca nas últimas cinco décadas, entre 2013 e 2014, sem ter nenhum apagão energético nem racionamento, como houve em 2001, com o governo FHC/PSDB. O modelo Lula/Dilma garantiu segurança, suprimento e redução de tarifas.

Desde 2004, expandimos a geração e a transmissão, de 80 mil MW, em 2002, para 133mil MW em 2014, crescimento de 65%. Foram implantados 43,5 mil km de linhas de transmissão. Nada disso ocorreria sem a Eletrobras, que possui 31% da capacidade de geração, 47% das linhas de transmissão, controla 13 subsidiárias de geração, transmissão e distribuição de energia, e possui metade do capital de Itaipu Binacional — além de participação em outros empreendimentos.

A empresa faturou em 2016 R\$ 60 bilhões, um crescimento de 86,4% em relação a 2015. Fundada há mais de 60 anos, nela já foram investidos cerca de R\$ 400 bilhões. Só a hidrelétrica de Belo Monte custou mais de R\$ 30 bilhões. Esses números mostram que há uma grande negociata em curso, pois o governo Temer pretende vender a Eletrobras por R\$ 20 bilhões.

É uma atitude criminosa contra o povo, e visa a favorecer grupos privados e os mesmos consultores que na década de 90 participaram e se enriqueceram com as privatizações do PSDB. São os mesmos que estão com Temer e querem o modelo do PSDB que em 2001 gerou o maior racionamento energético da história mundial em tempos de paz. Um desastre. A entrada de capital privado

no setor não fez aumentar investimentos e nem melhorou a qualidade dos serviços. Fez, sim, aumentar as contas de luz.

Vender a Eletrobras significa abrir mão do controle dos recursos hídricos, ativos cada vez mais valorizados num planeta ávido por água doce. O Estado tem que controlar os recursos hídricos, não empresas privadas. Nos EUA, 73% das hidrelétricas são do Estado (21% do Exército). São consideradas de segurança nacional. Lá, estrangeiros não entram.

O governo atual desvaloriza as estatais para entregá-las a preço de banana. Alega-se querer cobrir o rombo das contas públicas. Se a privatização de empresas públicas e riquezas nacionais fosse a solução, não teríamos déficit desde a privatização dos anos 90 de FHC. Onde estão os mais de R\$ 100 bilhões daquelas privatizações?

## **Efeito Pandora**

### **O Globo - 25/09/2017**

LIGIA BAHIA

A presunção de conhecer a fisionomia de empresários e banqueiros do setor de saúde foi abalada pela acusação de compra da lei para autorização da atuação de empresas e capitais estrangeiros. Os perfis revelados pelas denúncias de negociações de preço com lideranças do Congresso Nacional não se ajustam aos da autodivulgação de personas intrépidas. Encomendar e receber um regramento legal oportuno e favorável a negócios específicos requer habilidades especiais e convicções singulares sobre a irrelevância da democracia.

Mas a imersão precipitada em trajetórias pessoais pode enquadrar desvios numa compacta certeza sobre responsabilidades individualizadas, impossibilitando o reconhecimento dos consentimentos passivos à corrupção. A vaquinha, que teria sido realizada entre grandes grupos econômicos, sugere a participação em um processo obscuro e nada transparente.

A permissão para o ingresso do capital estrangeiro na saúde integrou as plataformas de entidades empresariais, lideradas por grandes empresas, que financiaram as eleições de presidente, governadores e parlamentares. Porém, políticos precisam de votos. A maioria dos eleitores aprova as políticas sociais e precisa do SUS. O pleito empresarial deveria ser filtrado, confrontado com demandas de outros segmentos sociais. As expectativas de entidades da saúde pública sobre a cooperação internacional se concentravam na participação do país na produção de insumos para a saúde que contribuíssem para a sustentabilidade do SUS. Esperava-se um saudável debate sobre investimentos que poderiam conjugar economia com saúde. Fundos de investimentos e empresas internacionais estavam plenamente integrados no setor e declaravam propensão à expansão.

Esforços poderiam ser direcionados para evitar que a preferência pelos retornos elevados de determinadas ações especializadas, fusões e aquisições

e volatilidade dos capitais se condensasse como vetor contrário à ampliação da oferta e acesso para todos. Mas o modo a jato de aprovação da Lei 13.097/2015 sustou as polêmicas sobre o tema. Determinados setores comemoraram o suposto triunfo da modernidade sobre a antiquada proibição à entrada de ativos internacionais. Outros tentaram compreender, sem sucesso, a ocorrência de ultrapassagens nos ritos legislativos em um governo que nomeou um sanitarista para o Ministério da Saúde.

Possivelmente, a combinação de satisfação e estranheza contribuiu para que o assunto ficasse de lado. Enquanto isso, a caravana passou e retornou. Medidas como o refinanciamento de dívidas tributárias e não tributárias e o afrouxamento da cobrança de multas foram absorvidas pelo fluxo permanente de desonerações a empresas.

Com a recessão e cortes nos orçamentos públicos, o financiamento nacional retornou à pauta. Empresas de planos de saúde voltaram-se para soluções internas. (Mais localizado no coração do subdesenvolvimento que um plano barato, complementado pelo SUS, só mesmo o método de sua aprovação). E a situação de fechamento de serviços, especialmente no Rio de Janeiro, bem como ameaças concretas ao SUS, ocupou corações e mentes daqueles envolvidos com o setor público. O alento veio do STF, que recusou o truque de contabilidade que incluiria no orçamento as receitas adicionais da exploração do gás e petróleo. Porém, a rota para transações privado-públicas permaneceu desimpedida. A condenação de um ex-secretário de Saúde, quase ministro, por crimes contra o patrimônio público, não interrompeu as trocas de cargos governamentais por benesses particulares.

Abaixo da tênue linha que protege o fundo público destinado diretamente ao SUS, ficou valendo tudo. O desprezo pelas premonições sobre venalidades e resultados de pesquisa, considerados como “opiniões de gente que olha pelo retrovisor”, incentivaram o lançamento da recente falsa inovação: o plano popular barato sem garantia de cobertura. Conteúdos e práticas retrógrados, se não reacionários, que não podem ser explicitados plenamente, são obsoletos ao cubo. Mas continuam sendo disseminados em fóruns governamentais e empresariais como sofisticadas rupturas paradigmáticas. A cena pública permanece repleta de discursos de exaltação do renascimento das virtudes do setor privado contra a ineficiência do SUS.

Por enquanto, em meio a tantos problemas e tamanha impopularidade, o casamento do público com o privado sem separação de bens tornou-se um elemento a mais na paisagem caótica. No entanto, em 2018, os candidatos terão que dizer o que fazer com a saúde. Recomendar a compra de planos privados, por mais baratos que sejam — em um país cuja renda per capita média em 2016 foi de R\$ 1.226 e, no Maranhão, R\$ 575 — atrairá votos? As acusações sobre corrupção na saúde praticadas por empresários privados foram desmentidas a priori, mas são plausíveis, requerem esclarecimentos. A compra de leis equaciona os suportes públicos para o setor privado como parte do problema, e não como solução para a saúde. Consequentemente, o que pode caducar é a confortável e velhaca desqualificação do SUS, como

sorvedouro perdulário e central única de atos ilícitos, repetida como mantra para justificar a privatização.

## **Tiroteio e planejamento empresarial**

**O Globo - 25/09/2017**

JOSÉ CARLOS PROBER

Chegou setembro, e as grandes empresas começam a desenhar o planejamento de seus negócios para o próximo triênio. Em que lugares do mundo, ao rascunhar esse plano, uma empresa precisaria incluir tiroteios entre as contingências que podem impactar seus resultados? O Magazine Luiza acaba de deixar claro que vivemos num deles. O grupo anunciou recentemente que vai continuar fora do Rio de Janeiro por causa da violência. Não chega a ser uma alternativa para quem já está dentro do problema. Principalmente para quem presta um serviço básico, o transporte público, por intermédio de concessão, caso dos trens urbanos do Rio de Janeiro.

Mas não é tarefa fácil projetar no curto, médio ou longo prazos o plano de ação de uma empresa que, literalmente, trafega por algumas das áreas mais conflagradas da região metropolitana do Rio. Como mensurar perdas por imposições externas que podem partir, de forma intempestiva, do crime organizado ou do confronto deste com as forças policiais?

Só este ano, por exemplo, os trens da SuperVia tiveram sua circulação suspensa em 24 ocasiões (até o dia da produção destas linhas), que totalizaram 43 horas de oferta zero de transporte, ou seja, 43 horas sem venda de bilhetes, principal fonte de renda da empresa. Como projetar nos 12, 24 ou mais meses seguintes o tamanho dessa variável na linha de contingências de um plano empresarial? Quantos serão os pontos fora da curva, que incluem ainda ações de vandalismo? Vandalismos que, vale lembrar, igualmente paralisam o serviço (e a entrada de caixa) quando se traduzem em roubo de cabos de energia e sinalização; ou que derrubam a energia através do lançamento de objetos sobre a rede aérea, aqueles fios de alta tensão que, interligados ao trem por um pantógrafo, fazem a composição andar.

Como prever, num plano estratégico, quantas das estações (são 102) trarão resultado financeiro nenhum — sim, nenhum — por causa da atuação direta do tráfico em suas plataformas de embarque? Soa surreal uma empresa tentar calcular qual será, no ano a ser planejado, o impacto no caixa resultante das ordens veladas que o crime impõe aos cidadãos que trabalham ou dão emprego em áreas conflagradas. Essa realidade acaba inflando um insumo cada vez mais pesado nos orçamentos das empresas: a segurança. Como enxergar isso num planejamento estratégico? Como orçar gastos com segurança num cenário de imprevisibilidade acima do tangível?

A atual crise de segurança obriga executivos de vários setores a planejar o “implanejável”. Para quem tem por missão transportar diariamente, em segurança, 600 mil passageiros (em 2016 eram 700 mil), resta se preparar para, com um enorme jogo de cintura, planejar um dia de cada vez. Na perspectiva da campanha “Reage, Rio!” é possível assegurar que, na empresa

que conduz os trens do Rio, é preciso reagir todos os dias. Priorizando a segurança do passageiro, e não a entrada de caixa.

# Primeira Página

Valor Econômico - 25/09/2017

www.valor.com.br

Sábado, domingo e segunda-feira, 23, 24 e 25 de setembro de 2017 - Ano 18 - Número 4347 - R\$ 5,00

Carf considera legal operação para reduzir tributos com a venda de ações E1

Bancos passam a reduzir número de caixas eletrônicos C1

Em troca inesperada, Carrefour nomeia Prioux para chefiar operação no Brasil B5

# Valor

## ECONÔMICO

### Destaque

**Superação de ICMS em commodities**  
Bandeira da Fundação Getúlio Vargas (FGV), reconhecida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Econômicas (IUPERJ), afirma que pelo menos R\$ 4,3 bilhões em ICMS são recuperados anualmente no comércio de commodities, o que representa uma perda para o Estado de 3,7% na receita com impostos. **A2**

**Descontingenciamento**  
O governo argentino anunciou a abertura de 40 bilhões de dólares em empréstimos pelo Congresso e reduziu o déficit primário em R\$ 1,2 bilhão. As ações da empresa de commodities Bunge subiram 10% e a de alimentos e bebidas Nestlé teve alta de 5%. **A5**

**Fusão de decisão papel na Eldorado**  
O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) decidiu pela fusão das operações de celulose da Eldorado Brasil, aderindo ao acordo fechado entre a BRF (holding da família Batista) e a Paper Tissue Brasil. **B1**

**New Services deve assinar técnica**  
A empresa americana New Services Energy deve assinar hoje um acordo de cooperação com a produtora brasileira Rio Grande (RG), de R\$ 280 milhões (MPO), que foi concluída em julho pelo grupo português Belpower em 2014. O empreendimento está estimado em R\$ 3,5 bilhões e prevê a instalação de uma usina nuclear de pesquisa de 30 MW. **B3**

**Devolve nota em EBR Latam**  
Para o novo momento econômico de globalização do mundo, o Estado Unidos, Nick Breyer, presidente para América do Sul da empresa aérea brasileira Latam, tem um plano para devolver a América Latina. A ideia é desenvolver e entregar a partir de agora uma nova estratégia de negócios com foco em 10 milhões de passageiros por ano. **B4**

**Oferta de fusão será menor**  
A oferta de fusão de uma produção de R\$ 1,5 bilhão de dólares em commodities no dia 2016 (13 anos de concessão) é considerada "pequena" durante o período de negociação, segundo fontes próximas a uma fonte da indústria. **B5**

**Anomalia de abelhas no RS**  
Os apicultores do Rio Grande do Sul estão preocupados com a redução da população de abelhas, apesar de terem tomado medidas para evitar a queda. A Secretaria de Agricultura estima que 400 milhões de abelhas morreram no ano. 30 milhões de abelhas foram resgatadas em 2016. **B6**

**Ideias**  
**Aditivo de Oliveira e Luiz Salviato**  
Muitos com vestígios de corrupção e o Brasil tornou-se um país mais seguro e eficiente nos últimos meses. **A4**

**John Sahl**  
Apesar do aumento da "taxa de câmbio" no Brasil, ele ainda é capaz de se manter no Brasil. **A3**

**Indicadores**

Índice	2017	2016	2015
Índice de Desenvolvimento Humano	0,757	0,757	0,757
Índice de Desenvolvimento Humano	0,757	0,757	0,757
Índice de Desenvolvimento Humano	0,757	0,757	0,757
Índice de Desenvolvimento Humano	0,757	0,757	0,757
Índice de Desenvolvimento Humano	0,757	0,757	0,757
Índice de Desenvolvimento Humano	0,757	0,757	0,757
Índice de Desenvolvimento Humano	0,757	0,757	0,757
Índice de Desenvolvimento Humano	0,757	0,757	0,757
Índice de Desenvolvimento Humano	0,757	0,757	0,757
Índice de Desenvolvimento Humano	0,757	0,757	0,757

## Cresce o número de falências no setor de açúcar e etanol

**Condição ruim**  
Do Rio de Janeiro

A crise que afeta o setor de açúcar e etanol brasileiro não dá sinais de alívio. Segundo levantamento da RBS Consultoria, no mês de setembro, foram registradas 27 falências no setor de açúcar e 27 no de etanol. Isso representa um recorde de falências no país.

Apesar de não serem 13 falências, a situação não dá sinais de melhora. A situação do setor de açúcar é preocupante. A RBS Consultoria aponta que o setor de açúcar e etanol brasileiro não dá sinais de melhora. A situação do setor de açúcar é preocupante. A RBS Consultoria aponta que o setor de açúcar e etanol brasileiro não dá sinais de melhora.

Além disso, falta ao governo dos empresários o apoio da indústria de açúcar e etanol. A situação do setor de açúcar e etanol brasileiro não dá sinais de melhora. A situação do setor de açúcar é preocupante. A RBS Consultoria aponta que o setor de açúcar e etanol brasileiro não dá sinais de melhora.

A situação do setor de açúcar e etanol brasileiro não dá sinais de melhora. A situação do setor de açúcar é preocupante. A RBS Consultoria aponta que o setor de açúcar e etanol brasileiro não dá sinais de melhora.

## Merkel vence e direita radical surpreende

**Análise**  
Do Rio de Janeiro

Angela Merkel venceu as eleições e levou seu partido à vitória. A situação do setor de açúcar e etanol brasileiro não dá sinais de melhora. A situação do setor de açúcar é preocupante. A RBS Consultoria aponta que o setor de açúcar e etanol brasileiro não dá sinais de melhora.

## CVM quer reduzir custos de regulação

**Condição ruim**  
Do Rio de Janeiro

Marcelo Barbosa, novo presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), anunciou que irá reduzir os custos de regulação do mercado financeiro. A situação do setor de açúcar e etanol brasileiro não dá sinais de melhora. A situação do setor de açúcar é preocupante. A RBS Consultoria aponta que o setor de açúcar e etanol brasileiro não dá sinais de melhora.



Marcelo Barbosa, novo presidente da Comissão de Valores Mobiliários, administra os negócios da empresa para o exterior.

## Empresas tentam pôr ordem no céu

**Condição ruim**  
Do Rio de Janeiro

Depois de 13 anos de trabalho, a empresa Airbus anunciou que irá reduzir os custos de regulação do mercado financeiro. A situação do setor de açúcar e etanol brasileiro não dá sinais de melhora. A situação do setor de açúcar é preocupante. A RBS Consultoria aponta que o setor de açúcar e etanol brasileiro não dá sinais de melhora.

As empresas tentam pôr ordem no céu. A situação do setor de açúcar e etanol brasileiro não dá sinais de melhora. A situação do setor de açúcar é preocupante. A RBS Consultoria aponta que o setor de açúcar e etanol brasileiro não dá sinais de melhora.

A situação do setor de açúcar e etanol brasileiro não dá sinais de melhora. A situação do setor de açúcar é preocupante. A RBS Consultoria aponta que o setor de açúcar e etanol brasileiro não dá sinais de melhora.

## Termomecânica avança durante a recessão e vai trocar comando

**Condição ruim**  
Do Rio de Janeiro

Termomecânica avança durante a recessão e vai trocar comando. A situação do setor de açúcar e etanol brasileiro não dá sinais de melhora. A situação do setor de açúcar é preocupante. A RBS Consultoria aponta que o setor de açúcar e etanol brasileiro não dá sinais de melhora.

## Índios coletam sementes para reflorestar

**Condição ruim**  
Do Rio de Janeiro

Mulheres indígenas coletam sementes para reflorestar. A situação do setor de açúcar e etanol brasileiro não dá sinais de melhora. A situação do setor de açúcar é preocupante. A RBS Consultoria aponta que o setor de açúcar e etanol brasileiro não dá sinais de melhora.



Mulheres do povo indígena Kayapó coletando sementes para reflorestar na Amazônia.

## **Cresce o número de falências no setor de açúcar e etanol**

### **Valor Econômico - 25/09/2017**

Camila Souza Ramos | De São Paulo

A crise que afeta as usinas de açúcar e etanol há quase uma década está se agravando. Levantamento da RPA Consultoria revelou que 52 usinas estão em recuperação judicial e 27 tiveram a falência decretada pela Justiça. Isso equivale a 18% das usinas existentes no país.

Apenas no ano passado 13 usinas faliram. A última unidade a entrar com pedido de recuperação judicial foi a Usina Vista Alegre, da família Tavares de Almeida, em Itapetininga (SP). Entre as usinas que tiveram falência decretada neste ano estão as quatro da empresa Infinity Bio-Energy, duas do grupo Camaq e a São Fernando, do empresário José Carlos Bumlai, condenado pelo juiz Sérgio Moro pelos crimes de gestão fraudulenta de instituição financeira e corrupção passiva.

A falência das usinas da Infinity foi recentemente suspensa por liminar concedida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo e ainda aguarda julgamento. Segundo Ricardo Pinto Arruda, sócio da RPA, pelo menos 25 unidades estão prestes a pedir recuperação judicial. Além disso, uma das 52 que estão na mesma situação deve ter a falência decretada em breve.

A deterioração financeira dessas usinas ainda reflete a crise do setor, iniciada em 2008 e agravada desde 2011, graças à decisão da ex-presidente Dilma Rousseff de congelar os preços dos combustíveis. Além disso, falhas na gestão das empresas e a queda dos preços do açúcar e do etanol pioraram a situação financeira.

No primeiro trimestre da safra de açúcar (de abril a junho), os preços dos contratos futuros mais negociados na bolsa de Nova York caíram 18%. Já o indicador Cepea/Esalq para o etanol hidratado em São Paulo recuou 10%. "Com a piora dos preços, a situação de quem já estava em pré-recuperação judicial ficou quase insustentável", diz Ricardo Arruda.

Nos últimos dois meses, o mercado melhorou após o aumento de PIS e Cofins sobre combustíveis, medida que tornou o etanol mais competitivo. Ajudou também o setor a taxaçar as importações de biocombustível.

## **Sonegação de ICMS na distribuição de combustíveis atinge R\$ 4,8 bilhões por ano**

Valor Econômico - 25/09/2017

André Ramalho | Do Rio

Estudo da Fundação Getulio Vargas (FGV) estima que ao menos R\$ 4,8 bilhões são sonegados por ano no mercado de distribuição de combustíveis. O montante é relativo ao não pagamento de ICMS aos Estados. Com base em dados de 2016, a FGV calcula que o potencial de arrecadação dos Estados com ICMS sobre as vendas de combustíveis foi de R\$ 84 bilhões, mas que o total arrecadado no ano passado foi de R\$ 79 bilhões - ou seja, 5,7% do potencial deixou de ser arrecadado. O ICMS sobre combustíveis é o primeiro item de recolhimento de todos os Estados.

O estudo foi encomendado pelo Sindicato Nacional das Distribuidoras de Combustíveis (Sindicom). Segundo o presidente da entidade, Leonardo Gadotti, a percepção no mercado é de que essa sonegação tem aumentado.

"No setor, historicamente, toda vez que o país passa por momentos de dificuldade de crescimento na economia verifica-se que esse tipo de subterfúgio, sonegação, adulteração de produto e fraudes volumétricas, tende a crescer. Do ponto de vista da percepção do mercado, o cenário está se degradando", disse.

Gadotti comenta que, num momento em que a Petrobras acena para a redução de sua participação no mercado de downstream (refino, logística e distribuição) e tenta atrair investidores para o setor, é importante que o governo dê um sinal "mais forte" no combate à sonegação.

"Isso [entrada de novos investidores] só vai acontecer se houver segurança de investimento aqui. Não vai haver investimento num setor onde a sonegação destrói o ambiente de negócios. É importante o governo dar uma sinalização forte de combate", diz.

Para combater essa prática ilícita, o Sindicom se reuniu a outras 15 entidades no movimento Combustível Legal, com o objetivo de promover a discussão sobre o assunto. A iniciativa reúne representantes dos postos de combustíveis (Fecombustíveis e Sincopetro), a OAB, o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), sucroalcooleiras (Única), a indústria automotiva (Anfavea) e produtores de biodiesel (Aprobio), entre outras entidades.

O grupo apoia projeto de lei da senadora Ana Amélia (PP/RS), que busca reforçar os mecanismos do Judiciário no combate às "estruturas empresariais que têm na inadimplência sistemática e consciente a sua principal vantagem concorrencial". A matéria foi apresentada pela autora em agosto e está na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Gadotti explica que a sonegação acontece, sobretudo, na distribuição de etanol hidratado e, em sua maior parte, é feita por empresas conhecidas como

devedores contumazes (empresas que sonegam de forma recorrente para prática de concorrência desleal).

De acordo com essa prática, uma empresa, geralmente em nome de laranjas, funciona como "barriga de aluguel". Compra o combustível da usina, não recolhe o imposto e, em seguida, vende o volume para uma outra distribuidora, que faz distribuição do combustível para os postos.

## **Pobres e classe média pagam mais tributos que super-ricos**

**Valor Econômico - 25/09/2017**

Ligia Guimarães | De São Paulo

A classe média e os mais pobres no Brasil pagam, proporcionalmente, mais impostos que os super-ricos - aqueles que ganham mais que R\$ 252 mil por mês, destaca relatório que será divulgado hoje pela ONG Oxfam Brasil. O estudo reforça o que já é consenso entre especialistas em pobreza a respeito do sistema tributário brasileiro: o país não reduzirá a desigualdade de renda enquanto os rendimentos do topo não forem mais tributados.

"O que esses dados mostram é que o 1% mais rico paga pouco imposto e é essa discussão que queremos fazer", diz a diretora-executiva da Oxfam Brasil, Katia Maia. O relatório indica que pessoas que ganhavam R\$ 252 mil mensais em 2015, ou 320 salários mínimos, pagaram efetivamente em imposto alíquota similar à de quem ganhava R\$ 3,9 mil mensais, ou cinco mínimos. "Existe a ideia de que todos pagamos muito imposto no Brasil, e é verdade. Mas quem está pagando essa conta é a classe média e as pessoas mais pobres", afirma.

Os super-ricos brasileiros, na visão da Oxfam Brasil, são beneficiados em termos tributários em todas as frentes: têm alíquota relativamente baixa no Imposto de Renda (IR), são pouco tributados no patrimônio e impostos indiretos.

O estudo destaca que pouco mais da metade (53%) da receita tributária do Brasil é formada por tributação do consumo, que incide sobre alimentação, medicamentos, vestuário, transporte, aluguel e, por isso, "onera de maneira injusta os mais pobres, que gastam a maior parte de sua renda nestes itens". O IR, mais justo na visão da entidade, é responsável por apenas 25% da arrecadação total.

Como consequência dessa distorção, aponta a Oxfam, os 10% mais pobres gastam 32% de sua renda em tributos (28% dos quais são indiretos, ou seja, sobre produtos e serviços). Por outro lado, os 10% mais ricos gastam apenas 21% de sua renda em tributos, sendo 10% em tributos indiretos.

Dados da Receita referentes a 2015 e coletados pela ONG indicam que pessoas com rendimentos mensais superiores a R\$ 63 mil (80 salários mínimos) têm isenção média de 66% de impostos - considerando isenção



sobre patrimônio, lucros e dividendos. Em rendimentos mensais superiores a R\$ 252 mil, a isenção pode chegar a 70%.

Por outro lado, a isenção para a classe média que ganha entre R\$ 2.364 e R\$ 15.760, é de 17%, resumindo-se a deduções como gastos em saúde e educação no IR, baixando para 9% para quem ganha entre R\$ 788 a R\$ 2.364, em valores estimados pelo mínimo de 2015.

"A isenção dos super-ricos é medida com base em rendimentos isentos em tributação, não como as da classe média, que deduzem gastos em educação e saúde, por exemplo", explica Rafael Georges, um dos autores do estudo e coordenador de campanhas da Oxfam Brasil. "Ou seja, dois terços dos rendimentos deles não estão sujeitos à tributação. Provavelmente sejam lucros e dividendos", afirma Georges. O estudo analisou dados da Receita combinados aos dados da Pnad.

Além da isenção de lucros e dividendos, tributam-se pouco as grandes rendas de salário. Hoje, as alíquotas por faixas do IRPF são divididas em quatro, a depender da faixa de renda do declarante: 7,5%, 15%, 22,5% e 27,5%. "A inexistência de alíquotas maiores para quem ganha muito mais do que o piso da maior alíquota - R\$ 4.664,68 - contribui para a perda de progressividade do IR", diz o relatório.

Considerando os dados de faixa de renda divulgados pela Receita, pagam 27,5% de alíquota tanto quem ganha cerca de seis salários mínimos mensais quanto quem ganha 320. "Esta situação é piorada pela defasagem de mais de 80% da tabela do IRPF, há mais de 20 anos sem reajuste."

O estudo também pontua que a arrecadação com impostos patrimoniais no Brasil representa apenas 4,5% do total, enquanto em países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ou Económico (OCDE) como Japão, Reino Unido e Canadá essa taxa é de mais de 10%; nos EUA, chega a 12,15%.

"O imposto sobre herança, por exemplo, representa cerca de 0,6% da arrecadação nacional, valor baseado em alíquotas baixas e, por vezes, sequer aplicadas", cita o estudo. Em São Paulo, a alíquota do imposto sobre herança é de 4%. No Reino Unido, ela alcança 40%.

A ONG destaca que há diversos tipos de patrimônio não tributados no Brasil. "A posse de jatos, helicópteros, iates e lanchas não incorre no pagamento de nenhum tributo por seus proprietários, enquanto os veículos terrestres requerem pagamento do IPVA", exemplifica. Apesar de estabelecido na Constituição, até hoje não foi criado o Imposto sobre Grandes Fortunas, lembra o relatório.

O estudo destaca, por outro lado, alguns aspectos em que o Brasil ficou menos desigual nas últimas décadas. "Saímos de uma situação em que mulheres ganhavam 40% do valor dos rendimentos dos homens para uma proporção de

62% em 20 anos, sobretudo por conta da crescente entrada da mulher no mercado de trabalho remunerado", diz o levantamento.

A discrepância, no entanto, permanece: a renda média do homem brasileiro era de R\$ 1.508 em 2015, enquanto a das mulheres era de R\$ 938. Mantida a tendência dos últimos 20 anos, a Oxfam Brasil calcula que mulheres terão equiparação salarial só em 2047.

Mais grave ainda é a situação da população negra. Entre as pessoas que recebem até 1,5 salário mínimo, estão 67% dos negros brasileiros, em contraste com menos de 45% dos brancos. Cerca de 80% das pessoas negras ganham até dois mínimos. Considerando todas as rendas, brancos ganhavam, em média, o dobro do que ganhavam negros, em 2015: R\$ 1.589, contra R\$ 898. No ritmo atual, projeta a Oxfam, a equiparação da renda média com a dos brancos ocorrerá somente em 2089.

## **Exportações para a UE crescem 8,4% até julho Valor Econômico - 25/09/2017**

Marta Watanabe | De São Paulo

As exportações brasileiras para a União Europeia (UE) cresceram 8,4% de janeiro a julho deste ano contra iguais meses do ano passado. O desempenho está abaixo dos 10,1% de alta das exportações à União Europeia originadas de países fora do bloco, mas está acima do crescimento de 4,1% e de 7,4% das vendas aos europeus com origem nos Estados Unidos e na China, embora esteja bem aquém do avanço da Rússia e da Coreia do Sul, cujos embarques cresceram 30% e 21,4%, sempre respectivamente. As variações são divulgadas em euros pela Eurostat, que reúne os dados estatísticos do bloco europeu.

O desempenho dos embarques brasileiros rumo a países o velho continente mostrado pela Eurostat difere do que indica a balança comercial brasileira. Segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), a exportação brasileira à União Europeia cresce apenas 0,4% de janeiro a julho contra iguais meses do ano passado. Um desempenho aparentemente muito aquém dos 18% de alta das exportações totais brasileiras no período.

O câmbio e a valorização em curso do euro em relação ao dólar, dizem analistas, contribui em grande parte para a diferença entre os dados do Mdic, divulgados na moeda americana, e os números em euro referentes à União Europeia. O euro avançou 12,1% em relação ao dólar em 2017, até o fim de julho, numa tendência de reversão da desvalorização da moeda europeia que vinha acontecendo desde 2014.

Outro fator que faz diferença entre os números é a metodologia de cálculo. As exportações brasileiras são computadas em valor FOB, ou seja é considerado somente o valor do bem. Os dados de importação pela União Europeia estão em valor CIF, que incluem também frete e seguro, explica Welber Barral, sócio

da Barral M Jorge Consultores e ex-secretário de comércio exterior. "Mas quando se faz a variação de valores CIF com CIF, porém, parte dessa diferença é neutralizada."

José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), diz que o desempenho pelos números da UE mostram que o país tem conseguido aproveitar ao menos parte do crescimento das importações pelos países do bloco europeu. Ele pondera, porém, que o valor exportado pelo Brasil é relativamente pequeno em relação a Estados Unidos e China. No topo da lista dos exportadores para o bloco - considerando sempre países fora da União Europeia -, a China responde por embarque de ? 206,9 bilhões de janeiro a julho. Os Estados Unidos exportaram para a UE ? 151,8 bilhões enquanto o Brasil, em décimo lugar, embarcou ?18,57 bilhões, sempre no mesmo período.

Barral destaca que um crescimento de 8% das exportações brasileiras aos europeus não é certamente "algo extraordinário", mas ele avalia que a recuperação da economia europeia cria oportunidade de avanço para o Brasil. "Um crescimento em torno de 1,5% pode parecer pequeno, mas a União Europeia é uma economia muito grande e madura."

A pauta de exportação brasileira para o bloco europeu, diz Castro, também permite elevação de embarques não somente de commodities. Os básicos representam atualmente cerca de 50% do valor embarcado pelo Brasil rumo à UE. Os manufaturados são 34%.

Os dados em dólar de exportação do Mdic indicam que o comportamento das exportações rumo aos 28 países que compõe o bloco europeu é heterogêneo. Os embarques brasileiros para o principal destino da UE, a Holanda - que funciona em grande parte como ponto reexportador - caiu 25% de janeiro a agosto. Neutralizando o efeito de uma plataforma de petróleo embarcada para os holandeses no ano passado e não repetida este ano, a queda fica mais amena, em 13%. Para o segundo destino de exportação, o recuo foi de 15%. Para a Espanha, em terceiro lugar, as vendas do Brasil avançaram 20%. Portugal está em oitavo no ranking, mas chama a atenção porque comprou 55% a mais do Brasil, sempre no acumulado até agosto, na comparação com iguais meses do ano passado.

Abrão Neto, secretário de comércio exterior do Mdic, avalia que o comércio com os países da UE têm oportunidade de avançar com o acordo em negociação entre Mercosul e o bloco europeu. Ele lembra que está marcada para a primeira semana de outubro a entrega, pela União Europeia, da complementação da oferta do bloco, com a fixação de cotas para carnes e etanol. A partir disso, diz ele, os dois blocos passarão a discutir as listas ofertadas, negociando prazos, tarifas e produtos.

Segundo o secretário, um acordo propiciaria avanço das exportações de manufaturados, não somente de básicos. "Embora a média tarifária da União Europeia para esses bens seja relativamente baixa, uma redução de 4%, 5% ou 6% faz diferença para a competitividade do produto." Ele lembra que muitos

dos países concorrentes já possuem acesso preferencial ao mercado europeu. "É preciso lembrar que o acordo não deve se restringir às tarifas, alcançando também as barreiras não tarifárias, além de serviços, investimentos e compras governamentais. "

## **Sem reformas, país corre o risco de outra década perdida, diz presidente do Ipea**

**Valor Econômico - 25/09/2017**

Edna Simão | De Brasília

Mesmo com o cenário político tumultuado, o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Ernesto Lozardo, acha que o "Brasil não está em momento de desgovernança" e que é preciso um acordo entre políticos para garantir a aprovação de reformas, como a da Previdência e a tributária, essenciais para assegurar crescimento a partir de 2019.

"Sem reformas, o Brasil dificilmente poderá acompanhar esse novo ciclo do crescimento mundial. Nós poderemos correr o risco de entrar em outra década perdida. O fator que nos colocaria no momento de escapar dessa armadilha da década perdida são as reformas", disse.

O principal impacto da crise política na economia é a postergação do calendário de aprovação de reformas. Recentemente, o Supremo Tribunal Federal enviou à Câmara nova denúncia feita pela Procuradoria Geral da República contra o presidente Michel Temer, o que vai retardar ainda mais a votação dessas medidas. A expectativa do governo era de que a reforma da Previdência fosse aprovada em outubro, mas agora terá que aguardar a tramitação da denúncia contra Temer. A reforma tributária ainda está sendo discutida, mas já há proposta sendo debatida no Congresso Nacional. Questionado se seria possível aprovar essas reformas ainda este ano, Lozardo respondeu que "o timing disso é difícil" para ele, como técnico avaliar. "O político é que sabe o timing."

Na avaliação de Lozardo, o importante neste momento é que o mercado já absorveu que a aprovação de reformas é uma das agendas nacionais, independente de quem estiver no poder. Segundo ele, a expansão do PIB em 2017 e 2018 será puxada pelo consumo. Mas para ter condições de crescimento em 2019 é preciso ampliar os investimentos. "O que está puxando o crescimento neste e no próximo ano não é a melhor variável. O consumo deve ser acompanhado de investimento. Se não vier acompanhado de investimento, é um crescimento típico de voo de galinha. Vamos crescer pouco o ano que vem, mas em 2019 acaba. Não vejo mais fôlego para o crescimento de longo prazo. Ao fazer as reformas, surge o investimento e aí sim a sustentabilidade ao crescimento", explicou Lozardo.

Ele estima que a economia brasileira deve registrar crescimento de 0,8% neste ano e em 2018 a expansão ficará entre 3% e 3,2%. Como o segundo trimestre surpreendeu positivamente, a equipe econômica também pretende revisar suas

projeções. Atualmente, a aposta é de um aumento do PIB de 0,5% neste ano e de 2% para 2018. Cálculos iniciais devem subir as taxas para 0,7% e 2,5%.

Lozardo disse que, neste ano, o consumo foi puxado pela forte queda da inflação, que assim como países europeus está abaixo da meta; juros em queda, tendendo a 7% neste e se mantendo nesse patamar no próximo ano, e menor endividamento das famílias. Ele ressaltou que a liberação de cerca de R\$ 40 bilhões de contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ajudou as famílias a quitarem dívidas e consumirem mais. "Então, você tem assim uma dinâmica econômica acontecendo. Se as reformas da previdência e tributária não vierem, esse crescimento para em 2019. O motor do crescimento é o investimento", reforçou o presidente do Ipea.

Segundo ele, o país está se recuperando e isso pode ajudar na aprovação de reformas, como a da Previdência, porque os parlamentares não querem correr risco de perder o que já foi conquistado. "Os próprios números estão indicando que o país está recuperando e ninguém quer perder o que está ganhando. Há melhora no nível de emprego e na renda e, se corre risco de perder isso, se não houver acordo político para aprovação das medidas", destacou Lozardo.

"Se temos aqui quadro político agitado, ele não é adverso. É agitado pela natureza da crise política brasileira em função das delações premiadas, ações julgadas inadequadas. Não vou entrar no mérito das delações. Elas estão acontecendo. Isso deixa a sociedade muito apreensiva. Do ponto de vista político, vejo a sociedade muito apática sobre essas coisas. Se não tivesse apática, estaria se manifestando. Está apática porque está tendo ganhos de renda", complementou.

Lozardo reforçou que o governo do presidente Michel Temer continua com a meta de ser reconhecido pelas reformas aprovadas. "As reformas estão na agenda nacional independente de quem possa estar no comando da nação. Esse governo quer ser lembrado como um governo neoliberal reformista. Isso é bom a gente frisar. A questão das privatizações, reformas que estão feitas, é típico de um governo neoliberal reformista", afirmou.

Dentre as medidas aprovadas, Lozardo destacou o teto de gasto público pelo governo Temer é "o marco divisório entre governo populista e não populismo". "O teto é claramente isso. Terminou a fase dos governos populistas. Ele tem que respeitar a uma ordem fiscal. Para manter o teto, a reforma da previdência é sem dúvida de extrema importante", afirmou.

As despesas com Previdência corresponderam a 54% dos gastos primários e, se nada for feito, vai comprometer 80% em 2026. Dessa forma, com o teto de gasto, não haveria espaço para realização de novos investimentos. O déficit do INSS, por exemplo, de 8% do PIB saltaria para 11,4% em 2026.

"Não tem objetivo de acabar com o déficit [com a reforma da Previdência]. A expectativa é de que continue crescendo e se estabilizaria entre 9% ou 9,5% do PIB e se estabiliza", disse. "Temos que fazer a reforma da previdência que é a maneira de se evitar que você venha financiar o custo da previdência com

emissão de dívida pública. Isso seria um tiro no pé. Estaria aumentando o custo de capital do país para pagar aposentado. Isso cria uma deformação, pois quem paga isso é o setor produtivo".

## **Reforma do sistema elétrico**

### **Valor Econômico - 25/09/2017**

Adilson de Oliveira e Luiz Salomão

O Sistema Elétrico Brasileiro (SEB) tem características específicas muito favoráveis: (i) recursos hídricos distribuídos pelo país com regimes hidrológicos distintos que permite operá-lo com vastos reservatórios para regularizar o abastecimento de energia do país; (ii) parque gerador interligado nacionalmente por extensa rede de transmissão que viabiliza a transferência de grandes blocos de energia entre suas regiões; (iii) matriz elétrica com forte presença de fontes renováveis de energia (79%, em 2016) que lhe confere característica bastante amigável com o meio ambiente; (iv) acesso praticamente universal dos consumidores ao suprimento de energia.

Não obstante essas vantagens comparativas, o Brasil deixou de dispor de energia barata para apoiar seu desenvolvimento econômico. Pelo contrário, tornou-se um dos países com custos elétricos mais elevados do mundo. A comparação é ainda mais desfavorável quando os impostos são adicionados às contas elétricas. E, apesar da tarifa elevada, nosso suprimento de energia tornou-se muito vulnerável às inevitáveis flutuações da hidrologia.

A capacidade de reserva, que já representou o equivalente a quatro anos de consumo nos anos 1980, corresponde hoje a menos de seis meses. A predominância de usinas eólicas na expansão do parque gerador, o incremento dos consumos consuntivos da água (abastecimento d'água, irrigação, navegação etc) e o assoreamento dos reservatórios existentes reduziram sua capacidade efetiva de atender a demanda de energia nos períodos de estiagem. É inexorável uma profunda revisão na regulação do uso da água que aflui para os reservatórios hidrelétricos.

A capacidade de reserva, que já foi equivalente a quatro anos de consumo nos anos 1980, é hoje de menos de seis meses

A involução do sistema elétrico brasileiro deve ser creditada a uma longa série de equívocos iniciada na reforma de 1994/5, que foi aprofundada em 2004/5 e agravada em 2013/14. Ditados pela intenção de mitigar os déficits gêmeos do Tesouro e do balanço de pagamentos, bem como a contenção do ritmo inflacionário, esses equívocos debilitaram progressivamente a confiabilidade do suprimento de energia do país e a saúde financeira das concessionárias.

Não cabe aqui analisar em detalhe as contradições desse processo. É válido, no entanto, destacar seus principais problemas e distorções:

- A sistemática de garantias físicas (GFs) para as geradoras comercializarem energia, que lhes assegura receitas dissociadas de sua geração efetiva determinada pelo ONS;
- A adoção de modelos matemáticos para definir o custo marginal do sistema (CMO) e o preço de liquidação das diferenças (PLD) cuja artificialidade estatística favorece a especulação em detrimento da eficiência econômica;
- A gestão dos reservatórios com base em modelos que induzem a supergeração hidrelétrica, esvaziando imprudentemente os reservatórios;
- A bipartição do mercado consumidor em um segmento "cativo" e outro "livre", que coloca a responsabilidade de garantir o financiamento da expansão do sistema nos ombros dos consumidores cativos;
- A metodologia de expansão do sistema de transmissão desconectada dos projetos de geração que impossibilita a energia de certas centrais alcançar o mercado consumidor;
- A regulamentação das transações setoriais eivada de incertezas que induz a judicialização dos fluxos econômicos entre os agentes do setor.

Neste processo de reformas, a Eletrobras tornou-se mera parceira de negócios de interesses privados e espaço para acomodação de apadrinhados de grupos políticos. Os papéis da Eletrobras de agente financeiro do setor e braço estratégico da articulação geopolítica do sistema elétrico nacional foram sendo paulatinamente erodidos. A proposta de privatização da empresa será o ponto culminante desse processo. Com ela, o Estado brasileiro perderá instrumento necessário para exercitar sua política energética, especialmente na articulação com nossos países vizinhos.

É consensual a urgência de uma reforma institucional profunda na organização industrial do SEB. Esta reforma não pode, contudo, deixar de reafirmar o papel insubstituível do Poder Concedente como gestor dos recursos hídricos e garantidor da segurança do suprimento energético do país. Do nosso ponto de vista, dois devem ser os pilares dessa reforma:

- Uma nova metodologia para a gestão dos reservatórios;
- A criação de sistemas regionais de transmissão.

Tornou-se inexorável rever o comando atual do uso da água que aflui para os reservatórios hidrelétricos. A operação adequada desses reservatórios é fator determinante na segurança do abastecimento de água da população urbana e no desenvolvimento de nossa atividade agropecuária, como estamos verificando atualmente na bacia do São Francisco. É indispensável que o Estado possa exercer o controle efetivo dessa operação.

A gestão dos recursos hídricos é atribuição da Agência Nacional de Águas (ANA) a quem cabe fixar limites mínimos e máximos para os níveis dos

reservatórios. Esses limites devem garantir prioritariamente o atendimento da demanda dos usos consuntivos e, subsidiariamente, o suprimento de energia nos períodos de estiagem, ouvido o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Respeitados esses limites, deve ser dada liberdade às geradoras para decidir o despacho da água remanescente, assumindo os riscos econômicos de suas decisões.

No que concerne ao sistema de transmissão, é indispensável reafirmar o caráter determinativo de sua expansão. Não é aceitável que centrais elétricas entrem em operação antes de estar também operacional o sistema de transmissão necessário para colocar sua energia nos mercados consumidores.

A solução para esse problema reside na organização de sistemas regionais de transmissão que devem assumir a responsabilidade de garantir capacidade de transporte da energia das geradoras até os mercados consumidores. A interligação entre os sistemas regionais de transmissão deve ser objeto de programa de expansão determinativo do CNPE. Dada a situação de monopólio natural desses sistemas, suas tarifas devem ser fixadas no regime preço teto incentivado, à semelhança do que ocorre nos sistemas de distribuição.

*Adilson de Oliveira é professor da UFRJ.*

*Luiz Alfredo Salomão é professor da Universidade Candido Mendes*

## **Custo e digitalização levam banco a reduzir caixas eletrônicos**

**Valor Econômico - 25/09/2017**

Nathália Larghi | De São Paulo

O aumento do uso de plataformas digitais para transações bancárias e a popularização dos terminais compartilhados, além do custo de manutenção e questões de segurança, estão levando ao encolhimento daquele que já era um dos principais canais de operações até pouco tempo: os caixas eletrônicos dos bancos (ou ATM, sigla de "Automatic Teller Machine").

No primeiro semestre de 2017, o número de caixas eletrônicos próprios dos bancos Itaú, Banco do Brasil e Santander registrou queda em relação ao mesmo período do ano passado. O Itaú tirou 814 máquinas de circulação; no Banco do Brasil, 4.539 equipamentos deixaram de ser usados; e, no Santander, a redução foi de 517 caixas.

Dentre os cinco maiores bancos do país, o único que registrou aumento nos primeiros seis meses de 2017 foi o Bradesco, mas, segundo o banco, isso ocorreu por conta da incorporação dos caixas do HSBC e da instalação de novos equipamentos em agências em que o banco identificou uma demanda maior por operações nesse canal. Na Caixa Econômica Federal, que ainda não



divulgou o balanço do segundo trimestre, o número de terminais vem caindo desde 2015 - em linha com o mercado.

Segundo dados do Banco Central, os últimos disponíveis, 2016 acabou com 6.431 terminais a menos, para 175.947 postos. O movimento de redução começou em 2015, com 2.068 ATMs saindo de circulação, totalizando no fim daquele ano 182.378 máquinas, no que foi a primeira baixa desde 2008, início do levantamento do BC.

Por outro lado, os caixas eletrônicos do Banco24Horas, que executam transações de várias instituições em um mesmo equipamento, tiveram um crescimento de 10% no primeiro semestre do ano, com aumento de 1.874 pontos. Operadas pela empresa TecBan, essas máquinas - que permitem ao correntista fazer transações básicas, como saques e transferências - têm substituído equipamentos dos bancos principalmente em locais públicos.

Com a digitalização cada vez maior dos serviços bancários, que passaram a ser realizados via celular e internet banking, os caixas eletrônicos vão perdendo apelo. A principal função, segundo especialistas, acaba sendo o saque. Mesmo assim, dados do BC mostram que a retirada de dinheiro nesses terminais caiu 5% no último ano, primeira queda desde 2008.

"As pessoas vão ao ATM para sacar dinheiro. E com a digitalização dos bancos, os pagamentos tendem a ser virtuais e o caixa acaba ficando menos necessário. Então, ele pode cair em desuso", explica o consultor Ricardo Mollo, ex-diretor do Itaú. Ele acrescenta que a redução do número de terminais também está ligada a questões de segurança e corte de custos.

Segundo especialistas, os gastos para instalar e manter um caixa eletrônico próprio são muito altos, já que além da manutenção do serviço também é preciso contratar empresas de segurança para abastecê-los. Um executivo de um grande banco afirma que o custo mensal de manutenção dos ATMs externos (fora da agência) gira em torno de R\$ 20 mil. Já o preço do terminal é de cerca de R\$ 30 mil.

O compartilhamento então surge como uma forma de cortar despesas. "Como são compartilhados, os gastos são divididos e uma só empresa fica responsável por ele, o que costuma ser mais eficiente", explica Juliana Inhasz, professora de finanças do Insper.

Cassius Schymura, diretor da plataforma multicanal do Santander, afirma que diminuir o número de caixas não é uma política adotada unicamente devido à segurança, mas reconhece que o tema tem relevância na discussão. "É um tema importante no Brasil. Realmente é o único país do Santander que acontece de explodirem agência, caixa. O que nós tentamos fazer é orientar o cliente a usar app, internet banking, mas não especificamente falamos de segurança pública."

Uma evidência da importância da segurança no Brasil é a orientação do Banco Central e da Febraban para que os bancos coloquem limites para o valor sacado nos caixas após as 22h.

No caso dos caixas do Banco24Horas, as instituições financeiras pagam um valor mensal para a TecBan, que, segundo Mollo, é "contratada como se fosse um serviço terceirizado". Essa "mensalidade" acaba sendo mais baixa do que os gastos que uma instituição teria para manter sozinha determinada quantidade de caixas eletrônicos. Além disso, as instituições ainda podem cobrar tarifas dos clientes pelo uso desses terminais compartilhados, o que acabaria suprimindo parte desse gasto. Entre os acionistas da TecBan, estão os maiores bancos do país.

A tendência, segundo o professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Eduardo Diniz, é que o correntista seja cada vez mais um "cliente do sistema bancário" e não de uma instituição específica. "A ideia é que o sistema bancário migre para um nível de cooperação maior, como as redes de pagamento. O Banco Central começou a fazer pressão em cima disso com as redes de POS, com o fim do arranjo fechado, e isso também está acontecendo nos ATMs. É uma tendência, faz parte de uma lógica para tornar o sistema inteiro mais eficiente", diz.

Em nota, a TecBan afirma que "a tarifação é definida exclusivamente por cada instituição" e que "a maioria dos bancos igualou as regras do uso do Banco24Horas às da sua rede", o que significa que o pacote de serviços contratado por aquele correntista pode ser usado em qualquer um dos dois canais e só será cobrada uma taxa adicional caso o cliente exceda o que lhe é oferecido mensalmente, independentemente dos caixas que tenham sido usados.

Schymura, do Santander, reconhece a utilização cada vez menor do papel moeda, mas afirma que a parceria com a TecBan serve para suprir as necessidades dos clientes. "Na visão do cliente, com esse acordo de compartilhamento o número de postos para operações cresceu no primeiro semestre. Nós temos otimizado o serviço, com os caixas da TecBan em lugares estratégicos. Não tem uma direção de acabar ou diminuir com esse serviço, porque na nossa economia, embora esteja diminuindo, ainda existe o uso de papel moeda, que é a principal finalidade dos caixas", diz.

O Banco do Brasil afirma em nota que "os terminais do Banco24Horas estão substituindo terminais de grandes bancos em vários locais", o que "gera maior eficiência operacional e permite que clientes de várias instituições financeiras tenham acesso à realização de transações". O banco ainda frisou que os hábitos dos correntistas também mudaram, com foco cada vez maior em canais digitais e "sensível redução do uso de outros canais, como os terminais de autoatendimento".

Também em nota, a Febraban diz que "o parque de equipamentos [ATMs] instalados vem passando por um movimento de consolidação do mercado, com a adoção de terminais cada vez mais multifuncionais - aqueles que permitem a

realização de várias funções num mesmo equipamento - e em conformidade com normas de acessibilidade".

A entidade afirma ainda que, de acordo com sua mais recente pesquisa sobre tecnologias bancárias, os correntistas mantiveram a mesma regularidade de uso dos caixas eletrônicos nos últimos dois anos, com dez bilhões de transações tanto em 2016 quanto em 2015, o que representa 16% do total de 65 bilhões de operações feitas no ano passado.

A Febraban ressalta, no entanto, que o canal preferido dos brasileiros é o mobile banking, responsável por 21,9 bilhões das transações realizadas em 2016 - quase o dobro do montante registrado em 2015. Procurados, Bradesco e Itaú não quiseram se pronunciar. A Caixa Econômica está em período de silêncio devido à proximidade da divulgação de resultados do segundo trimestre.

## **Gestoras precisam reforçar segurança cibernética** **Valor Econômico - 25/09/2017**

Aliya Ram | Financial Times

Mais uma semana, mais um ataque cibernético. Desta vez, os hackers apoderaram-se de informações pessoais, entre elas números de seguridade social, dados de carteiras de motoristas, datas de nascimento, endereços de e-mail e números de telefone de 143 milhões de americanos e de até 400 mil pessoas no Reino Unido. A Equifax, empresa americana de "score" de crédito, é alvo de investigações, ações judiciais e seu diretor-executivo, Rick Smith foi intimado a depor perante o Congresso.

Firmas como a T Rowe Price, Vanguard, BlackRock, Sun Life, Fidelity Investments, Wellington e outras gestoras com participações na Equifax vão se "queimar" com a queda no valor de mercado do grupo nas últimas duas semanas. Essas empresas de investimentos deveriam ter questionado os sistemas de segurança de uma empresa que armazena grandes quantidades de dados altamente sigilosos e sofrera invasões anteriormente.

Mas o caso da Equifax deverá servir como um aviso sobre a segurança de fundos de pensão e investidores institucionais. Jay Clayton, presidente da Comissão de Valores Mobiliários americana (SEC, em inglês), revelou na última quarta um ataque de hackers contra seus próprios sistemas, no ano passado, pode ter permitido que traders obtivessem ganhos ilícitos.

Os gestores de ativos são depositários de US\$ 78,7 trilhões de fundos de pensão e de investidores institucionais, que ganham milhões diariamente e armazenam grandes quantidades de dados financeiros. Como a maioria das empresas, eles se apressaram em adotar tecnologias sem prepararem-se contra novos riscos. Para os clientes, isso pode significar informações sobre contas bancárias e registros financeiros; para gestores de ativos, são estratégias de investimentos, algoritmos e até mesmo as próprias operações.

"Francamente, os gestores de ativos não estão preparados para o agravamento do cenário de ameaças", diz Walter Price, gestor de fundos do Allianz Technology Trust. "Isso foi evidenciado pela queda de 35% no valor de mercado da Equifax, e os comentários segundo os quais eles estavam vigilantes em relação à segurança cibernética, vistos retrospectivamente, eram infundados".

As agências competentes estão perdendo a paciência. Em maio, a SEC alertou que um quarto das gestoras americanas não fazem avaliações regulares de defesa cibernética, ao passo que mais de metade delas não testa suas vulnerabilidades em TI. A SEC considera a segurança cibernética como um "alto risco para a conformidade" e realiza pesquisas regulares junto a corretoras e gestoras de investimentos para verificar melhorias.

Em agosto, [a SEC] disse que as corretoras e gestoras de investimentos tomaram algumas medidas para introduzir melhores defesas desde 2014, mas os riscos permanecem. O "mea culpa" de Clayton na semana passada embute uma mensagem para todos os participantes do mercado: "A segurança cibernética é fundamental para as operações de nossos mercados e os riscos são significativos". Para o setor de gestão de ativos, esses riscos são maiores para fundos hedge de pequeno e médio porte, que terceirizam sistemas de TI, bem como para investidores quantitativos que usam tecnologia para decisões de investimento.

Reservadamente, os donos de gestoras dizem que os programas para defesa cibernética são caros e que sua eficácia não está comprovada, o que dificulta saber o que comprar. De acordo com uma pesquisa do governo britânico, só 31% dos conselhos de empresas do índice FTSE 350 recebem relatórios sobre crimes cibernéticos.

Para a economia, os custos de nada fazer são enormes. As empresas vítimas de hackers poderão em breve defrontar-se com reguladores muito menos simpáticos em face de defesas frágeis. A adoção de supervisão de riscos de segurança cibernética é uma obrigação para os gestores de ativos, tanto para proteger seus negócios e clientes como para evitar multas no futuro.

## **Investidor pode migrar de renda fixa para bolsa** **Valor Econômico - 25/09/2017**

Chrystiane Silva e Lucas Hirata | De São Paulo

O próximo mês terá o maior vencimento de títulos públicos prefixados do ano, em valor superior a R\$ 78 bilhões em LTN (Letras do Tesouro Nacional), equivalente a 2,5% do total da dívida mobiliária federal. Com a expectativa de que os juros básicos da economia caiam a 7% ou até abaixo disso, é possível que parte desse lote comece a migrar para a renda variável, reforçando uma tendência crescente de busca por rentabilidade.

Parte dos investidores podem já ter rolado as aplicações em títulos públicos para prazos mais longos. Desde o começo de julho, quando houve o último

vencimento de LTN, os leilões desses papéis ocuparam quase 80% dos títulos ofertados ao público pelo Tesouro Nacional em suas operações semanais. Em volume financeiro, foram quase R\$ 80 bilhões de LTNs vendidas, metade do saldo dos títulos negociados no período.

Ainda assim, o espaço para a migração é considerável. De acordo com um gestor de fundos, a migração dos recursos da renda fixa para variável vai ser o ponto mais relevante para o comportamento da bolsa nos próximos 24 meses. Ele considera que é razoável uma migração entre 10% e 20% dos vencimentos entre outubro e os primeiros meses do ano que vem. O que pode frear esse movimento é a apreensão em relação às eleições presidenciais.

Além do lote de outubro de LTN, o mercado ainda tem pela frente grandes vencimentos no primeiro semestre de 2018. O de abril, também de LTN, é de quase R\$ 90 bilhões. "Os investidores desses títulos são cativos e já estão trocando os papéis", diz Marcelo Giufrida, gestor da Garde Asset Management. "É possível que haja uma migração dos fundos de pensão que detêm títulos prefixados para a renda variável", acrescenta o especialista.

O sócio e gestor da MRJ Marejo, Guilherme Foureaux, afirma que é natural nessa fase do ciclo de corte de juros uma migração dos ativos da renda fixa para a variável, independentemente de fluxos específicos. "Estamos em um cenário de juros próximos a mínimas históricas", diz. "Sem dúvida, esse cenário pode ajudar a ter um fluxo específico de curto prazo na bolsa. Mas os fatores estruturais, principalmente aqueles baseados na volta do crescimento e nos juros mais baixos a médio e longo prazo, são os mais relevantes para o fluxo estrutural para renda variável", acrescenta.

De acordo com dados do Tesouro Nacional, a participação dos fundos de pensão no total da dívida pública mobiliária estava em 25,3%, em julho - dado mais recente. O percentual está mais baixo do que o registrado em maio, que ficou em 26,2%, embora acima dos 24,4% em julho de 2016. A parcela dos investidores não residentes na composição da dívida também está diminuindo no ano, o que pode significar uma mudança de estratégia de alocação dos investidores estrangeiros. Em janeiro, eles detinham 14,2% do total da dívida pública. Em julho, o percentual havia caído para 12,8%, quase quatro pontos percentuais abaixo do nível de um ano atrás.

Para Rodrigo Noel, especialista em portfólio da Itaú Asset Management, o cenário está positivo para a renda variável com a redução estrutural das taxas de juros. "A bolsa ganha impulso com a política monetária mais expansionista. Se o governo conseguir equacionar a questão fiscal, os juros vão ficar ainda mais baixos", afirma o especialista.

Numa visão mais ampla, a gestora de recursos do Itaú tem recomendado aos seus clientes o investimento em bolsa de valores. "É inegável que o cenário econômico doméstico, caracterizado pela melhora do nível de atividade, queda de juros e inflação baixa, aliado a um cenário internacional bastante benigno, constitui um ambiente favorável para investimentos em ações", diz Noel.

O diretor de renda fixa da Franklin Templeton no Brasil, Rodrigo Borges, aponta que a eleição do ano que vem será um fator determinante para a migração dos investimentos de renda fixa para a renda variável. "A eleição vai ser importante e, independentemente de quem ganhe, um candidato pró-reforma pode tornar o cenário mais consistente", diz. "Se a economia continuar se recuperando com juro baixo e o mundo do jeito que está, não vejo motivo para não ter essa migração", afirma.

Para que a renda variável volte a ganhar relevância na indústria de fundos de investimento será preciso um prazo entre seis ou sete meses, segundo Borges. A indústria administra hoje R\$ 4 trilhões e apenas 4,56% estão em fundos de ações, e outros 20,05%, nos fundos multimercados. A maior parcela dos recursos está aplicada na renda fixa, 47,88%, segundo dados da Anbima. O executivo da Franklin Templeton afirma que se não houver reversão do cenário externo, com juro em queda e estabilização do crescimento, "as condições para migração estão dadas".

Para Jorge Simino, diretor de investimentos e patrimônio da Fundação Cesp, é justamente a proximidade da eleição presidencial que pode limitar o redirecionamento de recursos para a bolsa de valores. "Mas ainda não há dados analíticos científicos para fazer uma ilação sobre o que pode ocorrer no ano que vem no mercado financeiro", diz. Ele afirma que o portfólio da instituição tem uma parcela pequena de NTN-B de curto prazo, títulos que pagam juros mais a variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). "Estamos estudando uma nova alocação em bolsa, mas ainda não definimos. Todo mundo está fazendo um esforço para dimensionar o potencial de crescimento da economia porque o lucro das empresas vai estar diretamente ligado ao desempenho do PIB", diz.

O rendimento das carteiras de renda fixa ainda está positivo, mesmo com o declínio já em curso dos juros, diz Paulo Miguel, sócio da GPS Investimentos, gestora de patrimônio integrante do grupo Julius Baer. Ele aponta que ainda há prêmio em taxas prefixadas de renda fixa, principalmente em prazos mais longos. Por outro lado, o retorno ainda deve cair, assim como as taxas do CDI, à medida que o cenário benigno de inflação e corte da Selic se concretize.

"A demanda por diversificação, alongamento de prazos e tomada de riscos vai crescer conforme o efeito for se tornando mais evidente", diz. "A chance de termos um cenário positivos é boa, até por isso aumentamos a posição em bolsa, mas ainda tem espaço para melhorar", acrescenta.

## **Conselho aprova criação de novos produtos e mudanças na previdência**

### **Valor Econômico - 25/09/2017**

Nathália Larghi | De São Paulo

O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) aprovou uma série de mudanças propostas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), após audiência pública com o mercado, para os fundos do tipo Plano Gerador

de Benefícios Livres (PGBL) e Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL). Entre elas alterações, estão a possibilidade de transformação de parte da provisão de benefícios em renda e a autorização à inserção da figura do participante qualificado.

O conselho permitiu ainda que os planos tenham remuneração com base em performance ou desempenho, além da taxa de administração, como ocorre nos fundos de investimento. Também permitiu a atualização das tábuas biométricas e o aperfeiçoamento das cláusulas de contratos em relação à extinção do plano, da instituidora ou da inexistência de participantes vinculados ao plano coletivo.

Segundo o superintendente da Susep, Joaquim Ataídes, as mudanças propostas "facilitam a possibilidade de usar os produtos como complementação de renda e atraem novos segurados".

Uma das mudanças que pode atrair não só novos contratantes, mas beneficiar também as seguradoras menores é a inserção do participante qualificado. A mudança tomou como exemplo o chamado "investidor qualificado" da CVM. Ela permite que as empresas criem planos específicos para participantes com um perfil diferenciado, que tenham maior conhecimento sobre o assunto. "Isso incentiva companhias de porte médio, que podem fazer planos diferentes e forçar uma competitividade. Hoje, como está, é tudo muito engessado, não há diferencial. Quem se beneficia com isso é o segurado, que terá uma oferta maior de produtos", afirma Ataídes.

Esse "engessamento" também pode ser combatido com a possibilidade de os fundos preverem remuneração com base em performance ou desempenho.

Outras mudanças, segundo ele, também podem atrair pessoas mais novas a consumirem esses produtos. Uma delas é a atualização da tábua biométrica para AT-2000M. Isso significa que o cálculo para a expectativa de vida dos participantes subiu.

No entanto, essa prática pode reduzir o retorno dos participantes, já que as seguradoras calculam a renda que será paga na hora de resgatar o investimento considerando a estimativa de quantos anos o participante irá viver -quanto maior a expectativa de vida, menor o valor do benefício.

Isso ainda pode ser mais impactado pelo chamado "improvement", que permite que a projeção cresça considerando o aumento da expectativa de vida.

Além das alterações, foram propostas a criação de outros produtos como o VGBL e o PGBL Programados. Eles possibilitam ao segurado o planejamento de resgates programados em um único plano, sem prejuízo da conversão da provisão em renda atuarial.

Há também o Vida com Desempenho Referenciado (VDR) e o Programa com Desempenho Referenciado (PDR), que permitem remuneração da provisão de

rentabilidade do Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), com critério de desempenho mínimo atrelado a um percentual de um índice de renda fixa.

## **CVM terá regras para dosar multas após elevação de valores**

**Valor Econômico - 25/09/2017**

**Entrevista - Marcelo Barbosa**

Graziella Valenti e Juliana Schincariol | De São Paulo

O novo presidente da xerife do mercado, Marcelo Barbosa, chegou à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com uma preocupação constante em suas decisões: a segurança dos investimentos. Na primeira entrevista exclusiva concedida após sua nomeação, em 25 de agosto, ela foi argumento recorrente das mais variadas respostas.

Na avaliação dele, um ambiente seguro beneficia emissores - portanto, regulados - e investidores. Homogeneidade nas decisões, boa fundamentação e previsibilidade são fatores determinantes para a segurança - segundo ele, ingrediente essencial ao desenvolvimento do mercado de capitais.

Barbosa assume uma CVM mais potente, após o reforço nas penas e ferramentas trazidas pela edição da Medida Provisória 784 (ainda em tramitação no Congresso). A multa da xerife agora pode chegar a até R\$ 500 milhões. De posse do cargo, já foi à Brasília para conversar com a senadora relatora, Lídice da Mata (PSB-BA), sobre os pontos da autarquia.

Na entrevista ao Valor, contou que a CVM vai desenvolver regras de dosimetria para aplicar as multas, cujas cifras preocupam parte dos participantes de mercado.

Barbosa chega com o mercado de volta ao centro das notícias, com previsão de R\$ 50 bilhões em ofertas de ações para 2017, o Índice Bovespa em alta e projetos estaduais e federais de privatização.

O ambiente positivo, porém, não reduz a lista de desafios: todo o estoque dos processos de Petrobras relacionados à Lava-Jato e mais toda a crise gerada pelas delações dos irmãos Wesley e Joesley Batista, donos da maior companhia não financeira do país, a JBS - com direito a inquérito por uso de informação privilegiada e a primeira prisão preventiva por tal crime e ainda uma disputa societária com o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Assumiu a posição já sabendo as pautas institucionais que adotaria na CVM: custo de observância regulatória e inclusão financeira.

O custo regulatório é tema alinhado ao Ministério Fazenda. Na cerimônia de posse de Barbosa, o ministro Henrique Meirelles também destacou o assunto. Aliás, a última vez que o ministro da Fazenda foi à posse de um presidente da



CVM foi em 2004. Quem também prestigiou o evento foi Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central e dono da gestora de fundos Gávea.

Leia a seguir os principais trechos da entrevista exclusiva concedida ao Valor:

**Valor: O senhor será o primeiro a usar as novas sanções e ferramentas permitidas pela MP 784. Como vê as novidades?**

Marcelo Barbosa: Essa MP se dirige ao reforço da atividade sancionadora, não só nossa, do Banco Central também. Para nós, de forma simples, existe a previsão de criação do fundo de desenvolvimento do mercado, uma majoração de valores de penalidades e a previsão do acordo de leniência. Acho que são três frentes bem-vindas. Mas também acho que embora uma majoração de penalidades seja importante, ela está longe de ser o único elemento que vai ter um poder dissuasório por si. Mas fato é que os valores estavam bastante defasados. O acordo de leniência é um instrumento que tem um potencial bastante interessante e isso tem sido visto. Negociadas as boas contrapartidas, ele pode ser muito interessante. Caso se confirme esta previsão no texto final, teremos que estabelecer as maneiras de proceder. Vamos olhar para a experiência de outros órgãos do Brasil, como o Cade [Conselho Administrativo de Defesa Econômica] e também para a experiência estrangeira.

**Valor: A elevação da multa máxima de R\$ 500 mil para R\$ 500 milhões dividiu opiniões. Como a CVM vai aplicar as novas penas?**

Barbosa: Teremos que criar uma regra de dosimetria. E vamos. Estamos discutindo internamente. Isso é importantíssimo para trazer uma maior previsibilidade e até para orientar o colegiado na aplicação e criar uma certa homogeneidade. Teremos que saber explicar as penas que vamos aplicar. A dosimetria gera segurança para o mercado.

**Valor: Valerá também para os termos de compromisso?**

Barbosa: O termo de compromisso é a conclusão de uma negociação. Se eu disser o que eu aceito ou não antes de começar a negociação, não vou ser tão eficiente. Do meu lado, o interesse é público e tenho que negociar com cautela e bastante rigor. Aquele recurso não é meu. Mas temos que ter coerência com os nossos acordos e levar em conta as circunstâncias do caso.

**Valor: Na cerimônia de posse, o sr. destacou a questão da redução de custos de observância regulatória. A que pontos se refere? Inclui o formulário de referência?**

Barbosa: Acho que é uma pauta muito importante para a CVM e já a adotamos institucionalmente. Esperamos evoluir nela junto com os agentes de mercado. É a busca de um equilíbrio entre a segurança que o investidor precisa com a eficiência que o mercado exige. Está relacionado a vários aspectos da nossa regulação e não pode haver tabu quando vamos falar disso. Mas, como já estamos discutindo internamente, não vou avançar agora [em avaliações].

**Valor: *Esse é, então, um tema que terá foco no seu mandato?***

Barbosa: É, mas não só. Outro ponto importante para nós é a inclusão financeira. Isso está previsto no fundo criado pela MP 784. O número de investidores individuais brasileiros em renda variável é muito pequeno: cerca de 500 mil pessoas e estável há anos. Quando você pensa que no Brasil temos 28 milhões de CPFs, mais ou menos, este número pode aumentar bastante. Não estou falando, necessariamente, de aumento do número de pessoas que vão investir em bolsa individualmente. Pode ser individualmente, pode ser via fundos. Mas a questão é a pessoa aceitar conhecer a renda variável. Em um cenário de queda de taxa de juros, o investidor individual brasileiro vai precisar abrir os olhos para isso. Só que isso vai ser mais eficiente quanto melhor for o acultramento dele [investidor].

CVM vai apurar responsabilidades quando corrupção envolver agente regulado pelo órgão

**Valor: *Como a CVM pode ajudar na construção desta cultura?***

Barbosa: Temos várias ações de educação financeira. Hoje, o Conselho Nacional de Educação Financeira é presidido pela CVM. Ainda não tive a minha primeira reunião. Mas, além disso, os nossos julgamentos são de certa forma ações educativas porque eles dizem para o mercado como a CVM se posiciona de forma definitiva - é o colegiado que se manifesta. Precisamos ter consciência de que nossas decisões têm que ser claras, técnicas e muito bem feitas. É a segurança do mercado. Temos que indicar qual é nosso posicionamento.

**Valor: *Corrupção também deve ser uma agenda da CVM?***

Barbosa: O ato de corrupção é ilegal e quando a prática envolve qualquer um dos agentes sob nossa fiscalização - uma companhia aberta, seus administradores, ou um fundo, por exemplo - nós temos que atuar para apurar as responsabilidades. Mas temos que tratar como qualquer outra violação da lei que esteja sob nossa competência. Como hoje em dia o tema da corrupção ganhou esta proporção, há uma série de órgãos que acabam envolvidos.

**Valor: *Já há um estoque de casos e processos que envolvem o tema, como Petrobras e JBS. O sr. pode dar alguma previsão sobre eles?***

Barbosa: Eu não posso me manifestar. Estes processos relacionados ao caso JBS e Petrobras que estão em curso na CVM são assuntos sobre os quais não posso falar. O que eu posso dizer, e isso e não é particular a nenhum destes casos, é que estão sendo analisados e estão sendo tratados com o devido cuidado lá dentro.

**Valor: *Pode dizer porque o colegiado não se manifestou sobre o conflito de interesses na assembleia de JBS, como fez a área técnica?***

Barbosa: Um pedido de interrupção de assembleia [dentro do qual estava a discussão do conflito] diz respeito a um evento que vai acontecer, então aquilo exige uma manifestação urgente. No prazo que foi dado à área técnica, ela teve que se empenhar e fazer a análise que fez. O prazo do colegiado foi mais exíguo ainda. A reunião foi em uma terça e a assembleia seria na sexta. Então, nós entendemos que, com os elementos que a área técnica havia nos trazido e dado o fato de que uma decisão nossa não iria ser simplesmente existe ou não existe conflito, nós teríamos que fundamentar. Sobre a não interrupção da assembleia, nós concordamos com a área técnica, unanimemente. Nós entendemos e tomamos o cuidado de não fazer um trabalho sem as devidas condições de tempo. Teríamos que colocar argumentos. A nossa fundamentação, do colegiado, iria respaldar outros vários casos. Se isso vale para qualquer tema, imagine para conflito de interesse, que é bastante sensível e complexo. Assim, nós optamos por, naquele momento, não emitir nenhum pronunciamento, um cuidado inclusive sistêmico com o mercado. Logo em seguida, a questão foi judicializada e depois houve o pedido de instalação de arbitragem. Aquilo eram os autos de um pedido de interrupção de assembleia. Quando a assembleia fica em suspenso, aquele assunto acabou. Não houve recurso a nós. Era um conflito para se manifestar em uma assembleia que não se sabe se vai acontecer. Então, não é esperado que falemos sobre isso. Nós não estamos trabalhando nisso agora. Não houve pedido do BNDES para isso. Obviamente que isso não impede, que feito pedido específico, nós venhamos a nos manifestar.

***Valor: Mas, entre uma decisão da CVM e a arbitragem ou a Justiça, o que prevalece?***

Marcelo: Essa é uma questão comum, inclusive a perplexidade que as pessoas têm, e é razoável. A CVM, como órgão de Estado, é um regulador que tem a competência para se manifestar sobre a existência ou não de conflito de interesse. Assim como um juiz pode também ter um entendimento sobre um assunto no curso de um processo judicial. Nossos entendimentos podem até divergir. A decisão judicial, a rigor, é soberana. Se for arbitragem, o princípio é o mesmo.

***Valor: Mas esse é um caso relevante e a demora é uma crítica história à CVM. Não seria o caso do colegiado ter se posicionado?***

Barbosa: Eu entendo insatisfações do mercado e elas são naturais. Acontece que a CVM tem que estar confortável para responder por suas decisões. E tomá-las no calor do momento cria problemas para muito além de um caso. Poderíamos ter trabalhado, de forma, vamos dizer um pouco mais açodada, e dado uma resposta pontual para aquele caso, mas, ao mesmo tempo, criar problemas sistêmicos em diversos outros por causa de um precedente.

***Valor: Mas o prazos da CVM são, em geral, criticados.***

Barbosa: Nós nos manifestamos nos menores prazos possíveis. O que existe é um potencial descasamento entre expectativa e possibilidade.

**Valor: O mercado vem passando por mudanças aceleradas, com o processo de desbancarização. Quanto disso diz respeito à CVM?**

Barbosa: Como qualquer regulador, e neste caso específico nos inclui e também o Banco Central, temos que acompanhar a evolução das tecnologias, das práticas de mercado, das figuras novas que surgem. Nosso papel é, sem engessar o mercado e dentro do nosso perímetro regulatório, disciplinar essas figuras de forma a permitir que o mercado continue evoluindo com elas.

**Valor: Mas qual é o papel do regulador nesse caso?**

Barbosa: Temos que estar abertos a esses novos entrantes do mercado, inclusive para entender com eles o que estão fazendo e o que querem. Muitas vezes é da troca de informações com o mercado que nascem as novas regras. Mas sempre pensando muito na finalidade das nossas atribuições: manter o mercado onde o investidor tenha informação e onde a formação de capital possa acontecer de forma razoável e eficiente. O Fintech Hub é um grupo formado exatamente para podermos dedicar tempo e pessoas a isso.

**Valor: A velocidade com que isso evolui preocupa?**

Barbosa: É um esforço nosso e de qualquer regulador. Outras figuras importantíssimas de serem entendidas pelos reguladores são as moedas virtuais. Pouca gente sabe dizer o que é "bitcoin", o que é "blockchain". E parte disso está no nosso espectro regulatório, quando você vai fazer uma oferta pública, por exemplo. Temos que entender o que é, e já temos pessoas discutindo o assunto e entendendo melhor do que se trata.

**Valor: Há, de um lado, toda essa modernidade, mas, do ponto de vista da propriedade, o Brasil segue conhecido pela estrutura acionária com controlador definido. O sr. acha que isso também está caminhando para mudar?**

Barbosa: Acho cedo para dizer. Eu, pelo menos, não consigo ter elementos para dizer se estamos num caminho em que a dispersão será relevante ou majoritária. Acho que a lei é suficiente e, se precisar de alguma adaptação, é muito pouca. Temos um arcabouço legal e regulatório que comporta companhias com dispersão e com concentração acionária. Não acho que uma companhia ter concentração a torna pior do que uma dispersa. Também não acredito que dispersão acionária tem relação com desenvolvimento econômico. E, se não migramos, não é por conta do arcabouço regulatório.

Relatório de Inflação confirma acerto da redução das metas  
Valor Econômico - 25/09/2017

As projeções oficiais divulgadas nas semana passada no Relatório de Inflação mostram que a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficará em linha com as metas até 2020. Embora esse seja apenas o cenário mais provável previsto pelo Banco Central, cuja concretização dependerá da

disciplina das políticas monetária e fiscal, ele mostra o acerto do Conselho Monetário Nacional (CMN) em retomar, na sua reunião de junho, a trajetória de queda das metas de inflação, abandonada há dez anos.

No documento, a autoridade monetária prevê uma inflação de 3,2% em 2017, bem abaixo da meta fixada para o ano, de 4,5%, e muito perto do piso, de 3%. A perspectiva é que, já no ano que vem, o índice de preços chegue a 4,3%, mais próximo da meta, também de 4,5%. Para 2019, o IPCA é estimado pelo BC em 4,2%, basicamente no objetivo, mais baixo, fixado pelo CMN para o ano, de 4,25%. Para 2020, a inflação projetada ficou em 4,1%, em linha com o alvo de 4%, que segue tendência gradual de redução.

Essa desinflação não vai impor custos adicionais em termos de juros e crescimento econômico. Muito pelo contrário: as projeções apresentadas no Relatório de Inflação tomam como pressuposto a hipótese de que os juros, atualmente em 8,25% ao ano, vão cair a 7% ao ano nos próximos meses e permanecer nesse patamar historicamente baixo pelo menos até o final do próximo ano. Em 2019 e 2020, subiriam moderadamente para 8% ao ano.

Hoje, a dúvida entre os especialistas não é se os juros terão que ser mais altos para cumprir as metas de inflação, mas sim se haverá espaço para uma queda sustentável da taxa básica para percentuais ainda menores. No relatório, o BC sinaliza que, se a inflação surpreender positivamente, poderá cortar os juros abaixo de 7% ao ano. A autoridade monetária monitora se a baixa inflação de alimentos e produtos industriais vai se espalhar para outros preços da economia e se a inércia inflacionária vai se enfraquecer.

Em boa medida, os juros estão caindo aos menores patamares da história devido à profunda recessão, que aumentou enormemente a capacidade ociosa da economia. Se vão continuar baixos no logo prazo, vai depender da queda do que o Banco Central chama de taxa de juros estrutural. Essa é a taxa de juros que mantém a economia em pleno emprego dos fatores de produção e que não causa nem aceleração nem desaceleração da inflação.

No Relatório de Inflação, o Banco Central apresenta uma pesquisa feita com perto de uma centena de analistas econômicos do mercado sobre o valor atual da taxa estrutural e suas perspectivas para o futuro. Com data base em abril, o levantamento mostra que os especialistas estimam que, atualmente, a taxa estrutural esteja em 5% ao ano em termos reais (descontada a inflação). O BC vem lembrando que, hoje, os juros estão abaixo da taxa estrutural. Com a queda da Selic a 7% prevista para os próximos meses, a taxa real de juros efetiva ficará em 3%.

O desafio é fazer a taxa estrutural cair para patamares próximos da Selic vigente. Isso permitirá que a economia conviva com uma Selic oscilando em torno de 7% nominais no médio e longo prazos. A pesquisa apresentada no Relatório de Inflação mostra boas perspectivas de que isso ocorra num futuro não muito distante. A previsão mediana dos analistas econômicos para a taxa estrutural daqui a dois anos é de 4,5% e, para cinco anos, 4%, sempre em

termos reais. Quase dois quintos deles disseram que a taxa estrutural poderá cair abaixo de 4% ao ano.

Os juros estruturais são determinados por fatores como produtividade e prêmios de risco, daí ser fundamental a implementação das reformas econômicas. A decisão do CMN de retomar, em junho, a trajetória de queda das metas de inflação contribui para juros estruturais menores. Quanto mais próxima a meta dos padrões das economias emergentes, de 3%, menores os prêmios exigidos pelos investidores para se protegerem do risco de alta da inflação.

O Banco Central menciona, no relatório, que a aprovação da Taxa de Longo Prazo (TLP), que será usada nos empréstimos do BNDES a partir de janeiro, já contribui para a queda da taxa estrutural. Mas esse é um esforço permanente. O próximo passo deve ser a aprovação de uma justa e abrangente Reforma da Previdência, sem a qual a Emenda Constitucional que impõe um teto no gasto público terá vida curta.

## **Desbancarizados**

### **Valor Econômico - 25/09/2017**

Jairo Saddi

Do total de CPFs da população brasileira, 90,4%, segundo a Febraban/Delloite, mantêm algum tipo de relacionamento bancário. A isto se dá o nome de "bancarização", ou inclusão bancária. Apenas para efeito de comparação, em 2008 o grau de bancarização era de 72,4% e menos da metade disto em 1990. Contudo, o número que impressiona não é esse. Segundo a mesma pesquisa, 57% do volume total de transações bancárias se dá por meio do celular ou da internet - o conhecido "mobile ou internet banking" - e isso vem crescendo a cada ano.

No entanto, um olhar um pouco mais atento aos números mostra que, enquanto cresce o número de cidadãos que passam a ter algum relacionamento bancário - e em pouco tempo, graças à tecnologia, 100% dos brasileiros estarão bancarizados - esta bancarização ainda é frágil, superficial e pouco abrangente.

Segundo dados do Sistema de Informações de Crédito do Banco Central, o SCR, do total da população bancarizada somente 34% têm algum relacionamento de crédito e menos de 40% utilizam suas contas bancárias para algo além do recebimento mensal de salários e remunerações fixas como pensão etc.

Menos de 40% usam suas contas bancárias para algo além do recebimento de salários e remunerações fixas

Vale dizer, serviços financeiros ainda estão inacessíveis para a maior parte dos bancarizados. No dizer de David Brear, citado na matéria da "The Economist" (09/09/2017, pág. 57), "inclusão não significa engajamento". E o movimento

das fintechs, segundo o mesmo artigo, vem impulsionando a vanguarda no topo da pirâmide social, enquanto as telecoms e os provedores da internet o fizeram melhor na base.

De fato, quando se pensa em bancarização, é preciso dividir a indústria financeira em algumas áreas de serviços, dentre as quais o crédito é apenas uma; há ainda os meios de pagamento, investimentos e gestão de recursos, seguros e, é claro, serviços de conta corrente e câmbio. E cada uma dessas áreas pode ter inúmeras subdivisões, por exemplo, o crédito pode ter serviços de empréstimos, de renegociação de dívidas, de crowdfunding; os meios de pagamento podem abarcar blockchain e criptomoedas, como bitcoins, e a gestão de recursos vai dos investimentos à eficiência financeira. Seguros, ainda que não sejam um serviço financeiro puro, compõem um mundo inteiramente à parte. Enfim, é fácil perceber que estamos diante de um universo complexo, multifacetado e extremamente promissor quanto à oferta de produtos e soluções.

O que ocorre, para os bancarizados em geral, é que tal oferta ainda é muito limitada. Há razões expressas e explícitas para isso: problemas com a documentação exigida, falta de histórico de crédito e impedimentos para constituição de garantias, incapacidade de manter saldos bancários mínimos para operar, altas taxas cobradas, e também uma certa desconfiança dos bancos.

Para Isaac Sidney Menezes Ferreira, que desde julho de 2016 ocupa o cargo de Diretor de Relacionamento Institucional e Cidadania do Banco Central do Brasil, a forte evolução da inclusão financeira no Brasil amplia o desafio tanto do regulador quanto da indústria para desenvolver campanhas educativas e de educação financeira de forma a evitar impactos indesejáveis sobre o sistema financeiro, e é forçoso reconhecer que, talvez, pela primeira vez na história bancária do Brasil se está fazendo algum esforço verdadeiro nessa área.

Ainda assim, é preciso ampliar o setor privado, a inovação e a criatividade do espírito empreendedor brasileiro. Nas novas tecnologias, há muito espaço para crescer e não apenas em temas sensíveis (como crédito e superendividamento), mas em melhoria e aprofundamento da inclusão bancária para a maior parte da população brasileira.

E tudo passa pela informação. Milhares de consumidores pagam as suas contas de aluguel, luz e telefone pontualmente - isto é, afinal, sinal de bom crédito -, mas não são sequer premiados com alguma oferta de crédito. Claro que o assunto passa pelo cadastro positivo - que ainda teima em não deslançar -, mas apenas aqui pode-se perceber que o crédito tem grande potencial, podendo proporcionar grande desenvolvimento a todo o sistema financeiro nacional.

Finalmente, a matéria concorrencial. Aumentar a profundidade da inclusão financeira oferece inúmeras vantagens sobre a competição bancária. É claro que precisa haver cuidado sobre o chamado "shadow banking", entidades financeiras não bancárias e não reguladas que não incorrem em custos

regulamentares; no entanto, é evidente que a regulação estatal deve acompanhar atentamente a evolução, permitindo, ao mesmo tempo, inovações quando há claros benefícios sociais envolvidos, mas também desencorajando e inibindo, quando houver, seus efeitos nefastos.

*Jairo Saddi, pós-Doutor pela Universidade de Oxford. Doutor em Direito Econômico (USP). Escreve mensalmente às segundas*

## **Reflexos da Lei Complementar nº 160 Valor Econômico - 25/09/2017**

Fernando Gomes de Souza Ayres

Muito se tem escrito e discutido sobre a capacidade (ou incapacidade) da recente Lei Complementar nº 160/2017 de pôr fim à chamada guerra fiscal entre os Estados. O que se fala, basicamente, é sobre o tamanho dos desafios ainda a serem transpostos.

E tais desafios são inegáveis, estabelecidos principalmente pela própria Lei Complementar nº 160/2017. Entre eles, é possível destacar a necessidade de esperar a publicação, pelos Estados, dos incentivos concedidos em seus detalhes, com a indicação de todos os atos normativos concessivos; de obter a aprovação de convênios (em apenas 180 dias) no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), mesmo com quórum um pouco mais reduzido; e de verificar a real efetividade das novas penalidades a serem impostas aos Estados que continuarem concedendo incentivos (a par daquelas já previstas, mas que se mostraram claramente ineficientes como instrumentos de constrangimento).

E tudo isso, visando à remissão da prática da concessão de incentivos inconstitucionais do passado; à reinstituição, no presente, desses mesmos incentivos por determinados períodos de transição; e, para o futuro, impedir que qualquer Estado da Federação conceda novos incentivos, em desacordo com a Lei Complementar nº 24/1975.

A conclusão a que se chega neste momento sobre a efetividade da lei sobre a guerra fiscal é: aguardar e torcer pelo melhor

Apenas para recordar em poucas linhas, a regra em vigor, que veda prática da guerra fiscal, foi estabelecida pela Lei Complementar nº 24/1975, recepcionada pela Constituição de 1988. Ela condiciona a concessão de incentivos fiscais à votação unânime de todos os integrantes do Confaz, órgão que congrega todos os secretários da fazenda dos 27 Estados brasileiros.

A conclusão a que se chega neste momento sobre a efetividade da Lei Complementar nº 160/2017 sobre a guerra fiscal é: aguardar e torcer pelo melhor.

Mas a par desse aspecto geral, a nova lei complementar parece buscar solução para uma das consequências mais sérias da disputa entre os Estados:



a glosa de créditos de ICMS pelo Estado destinatário de mercadorias as quais, em seu Estado de origem, foram comercializadas com o uso de incentivos fiscais.

Trata-se de conhecida prática, inaugurada pelo Estado de São Paulo na primeira metade dos anos 90, na qual os Estados destinatários de mercadorias não reconhecem os valores do ICMS destacados nas notas fiscais, como crédito do contribuinte que as recebeu, sob o argumento de que o imposto não foi pago ao Estado de origem em decorrência da concessão de incentivos.

E agora, nos termos do artigo 5º da Lei Complementar nº 160/2017, a remissão dos incentivos concedidos no passado possibilita afastar a aplicação das sanções previstas no artigo 8º da Lei Complementar nº 24/1975, entre elas, a pretensão de "ineficácia do crédito fiscal atribuído ao estabelecimento receptor da mercadoria". Em outras palavras, perdoados os incentivos do passado, a glosa de créditos estará afastada.

É bom lembrar que, tanto a Lei Complementar nº 24/1975, ao instituir sanção de nulidade de créditos, quanto os Estados que aplicam tal sanção e desconsideram os créditos de seus próprios contribuintes, incorrem em violações constitucionais claras (aos princípios da não cumulatividade, da competência tributária, entre outros). Além do que, em última análise, tal medida acaba punindo um terceiro, que em nada interferiu ou participou na relação entre o Estado que concedeu o incentivo e o seu beneficiário.

Aliás, nessa linha de raciocínio, temos precedentes do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) vedando a prática de glosa de créditos (AC 2611/MG, RMS 31.714/MT e RMS 33.524/PI), sendo que o posicionamento definitivo ainda será dado pelo STF quando do julgamento do Recurso Extraordinário 628.075/RS (com repercussão geral reconhecida).

Assim, a nova lei complementar afasta, desde que atendidos os requisitos para a remissão, uma prática inconstitucional. Inclusive, ao ganhar contornos interpretativos (em razão de afastar a sanção inconstitucional do artigo 8º da Lei Complementar 24/1975), também a própria restrição à restituição ou à compensação do tributo (parte final do artigo 5º da Lei Complementar nº 160/2017), eventualmente pago em decorrência da glosa dos créditos, seria de constitucionalidade questionável.

De qualquer forma, a edição de convênio nos moldes da Lei Complementar nº 160/2017 certamente solucionaria discussões (e autuações) relacionadas à glosa de créditos, a par de um desfecho acerca da discussão de constitucionalidade.

É importante que os contribuintes acompanhem de perto e com cautela a edição de convênios de remissão e reinstituição de incentivos, não apenas em seus Estados, mas nos Estados onde estão localizados seus fornecedores. Especialmente aqueles contribuintes que tiveram contra si autuações fiscais lavradas, exigindo a glosa de créditos de ICMS, oriundas da chamada (e ainda presente) guerra fiscal.

*Fernando Gomes de Souza Ayres é sócio do escritório Souto, Correa, Cesa, Lummertz e Amaral Advogados em São Paulo*

## **A universidade pede socorro**

**Revista Época - 25/09/2017**

Flávia Yuri Oshima

Entre 2007 e 2010, pela primeira vez em 24 anos, o país chegou a 7,5% de crescimento de PIB. É natural que as grandes expansões sejam planejadas em tempo de bonança. Assim, a decisão do governo federal de investir na expansão de vagas de ensino superior e na criação de novas universidades, com o Reuni Reuni (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), lá em 2007 - e que ainda está em curso -, não parece desbaratada nem fora de contexto. E não seria de fato se as universidades públicas brasileiras funcionassem dentro de um modelo bem equacionado. Nesse caso, ao expandir sua atuação ou criar novas instituições, seu custeio estaria garantido mesmo em épocas de aperto. Não é o que ocorre. As maiores e mais tradicionais universidades públicas, estabelecidas bem antes do Reuni, sofrem uma crise de difícil solução.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, o rombo entre 2015 e 2016 chegou a R\$ 115,6 milhões. Na Universidade de Brasília faltam R\$ 104,5 milhões para as contas fecharem neste ano. Somados, os déficits de nove das 15 maiores universidades federais somam, neste ano, mais de R\$ 400 milhões. Nas instituições estaduais paulistas - Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Campinas (Unicamp) e Universidade Estadual Paulista (Unesp) -, a receita só dá conta da folha de salários e aposentadorias. No caso da USP, nem isso. Por lá, a folha de pagamentos corresponde a 105,7% dos recursos repassados pelo Estado. A USP, uma das universidades mais ricas do país, por receber, por lei, 5% do ICMS paulista (a maior arrecadação estadual do país), já teve R\$ 3,61 bilhões de reservas, mas iniciou este ano com R\$ 1,3 bilhão. A queda deve-se à necessidade de a universidade tapar os rombos perenes em seu orçamento. Os gastos com pagamento de pessoal mordem a maior fatia de qualquer instituição educacional. No caso das públicas, a estabilidade de emprego do funcionalismo dificulta ainda mais o gerenciamento das contas. Num momento de aperto não dá para enxugar até que se possa voltar a crescer.

A situação dessas universidades mostra que o modelo como o ensino superior público foi concebido não é mais sustentável. Ter o Tesouro Nacional como único mantenedor do ensino superior público já não era possível em 2000, antes do início do programa de expansão das universidades federais iniciado pelo governo Lula. Já se sabia disso. Há décadas, discute-se um novo modelo de universidades públicas para torná-las autônomas e financeiramente viáveis. Ainda assim, o governo federal decidiu investir na ampliação desse formato, que cedo ou tarde se tornaria deficitário. Somente entre 2007 e 2012, o desembolso para custeio e investimento no ensino superior público foi de R\$ 9,1 bilhões. Em 2006, 368 mil alunos ingressaram em universidades públicas.

Em 2016, esse número saltou para 529 mil alunos. Somente nas universidades federais, o aumento do número de matrículas entre 2006 e 2016 cresceu 105,8%. O país saltou de 45 universidades federais e 148 campi para 63 universidades e 321 campi.

A decisão de investir nessa grandiosa expansão sem antes repensar o modelo mostra que o descompromisso com o planejamento norteia as políticas públicas no Brasil. É mais que um problema crônico. Trata-se de uma regra de dar passos grandes demais sem se preocupar em como manter o equilíbrio na hora da crise. Esse foi o caso da criação da Universidade da Integração Latino-Americana (Unila) (leia mais a partir da página 34). O projeto foi concebido como parte do Reuni, no auge do crescimento econômico do país. A Unila não seria uma universidade como as outras, nem no conteúdo - é a primeira instituição em que 50% das vagas são destinadas a estrangeiros -, nem na forma. Assinado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, seu campus prometia ser um marco para a cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná, e mudar o turismo na região. Passada a bonança, não há mais recursos para finalizar a obra e a universidade corre o risco de perder o que investiu.

Os problemas da universidade pública começam a partir de sua concepção. A teoria econômica usa dois critérios para classificar algo como um bem público. O primeiro é a regra de que o custo adicional para um indivíduo se beneficiar desse bem deve ser zero. O segundo é poder oferecer esse bem a todos os que queiram se beneficiar dele. O ensino superior público não satisfaz nenhum desses requisitos econômicos. Se ele não é um bem público, então qual a justificativa para que o Estado a subsidie? O principal argumento dos defensores da universidade gratuita gira em torno dos benefícios sociais que a educação superior traz. Quem tem educação superior tem menor probabilidade de se envolver em crimes, tem mais saúde e mais chances de ter filhos com as mesmas características, promovendo uma melhora social em cascata em mais de uma geração. Não há dúvidas dos benefícios dos investimentos nessa área. Assim como não há dúvidas também de que não é possível oferecer educação superior como serviço público gratuito a todos, indiscriminadamente. A necessidade de estabelecer uma seleção, na forma como é feita hoje, acaba privilegiando alunos de famílias de renda mais alta, que tiveram uma educação básica melhor (leia mais sobre concentração de renda no artigo de Fernando Schüler, na página 40). Essa dinâmica perpetua uma distorção histórica na trajetória do ensino superior no país: em geral, quem tem maior acesso à oferta gratuita é quem pode pagar. Quem precisaria do subsídio integral do Estado não chega lá.

É a economia também que fornece o principal argumento para que o ensino público não seja universalmente gratuito. Os ganhos financeiros individuais proporcionados aos estudantes graduados em universidades são suficientemente altos para justificar que o cidadão que se beneficiou desses ganhos pague por ele. Trata-se de um investimento de retorno certo. Os ganhos financeiros de quem tem educação superior são cerca de 250% maior do que a remuneração média da força de trabalho brasileira. Cerca de 64% dos indivíduos com educação superior estão entre os 10% mais ricos do país.

Na Austrália, uma forma de equacionar um sistema de cobrança pela educação superior pública se deu com a adoção de um modelo de "amortizações contingentes à renda", como é conhecido. Nesse modelo, o aluno só começa a pagar pelo ensino superior depois de alcançar um determinado patamar de renda, mesmo que isso só ocorra depois de 20 anos da formatura. Com esse sistema, nenhum aluno deixa de estudar por não ter como arcar com os custos enquanto for estudante. "Os dados estão aí para mostrar que o ensino público gratuito não é sustentável. Em relação a nossa renda per capita, temos um dos mais caros sistemas de educação superior pública do mundo", diz Ricardo Paes de Barros, economista-chefe do Instituto Ayrton Senna e professor do Insper. Paes de Barros defende cobrar o ensino superior daqueles que podem pagar e preservar a gratuidade para estudantes de baixíssima renda.

A cobrança não é a única forma de trazer mais eficiência para a universidade. Há uma série de medidas pouco praticadas na maior parte de nossas universidades que poderiam tornar a máquina pública mais leve. Parcerias público-privadas na área administrativa ou o modelo de organização social na gestão, a exemplo do que ocorre na saúde, são duas delas. Há várias outras. O aumento da oferta de cursos de extensão não-gratuitos, e o patrocínio privado a projetos e grupos de estudo também são alternativas usadas em várias universidades em outros países.

Essas alternativas, no entanto, normalmente esbarram numa cultura de que o Estado deve ser sempre o grande provedor - e também nos receios da comunidade acadêmica quanto aos riscos que o financiamento ou mesmo a parceria privada trariam para a autonomia universitária. Argumenta-se que, no Brasil, a ciência é feita dentro da universidade pública. Infelizmente, há poucos núcleos de pesquisa fora do ambiente acadêmico. Fazer ciência dá trabalho, leva tempo e custa caro. Por isso, o ensino superior custa caro se comparado ao gasto com educação básica e caro também se comparado ao ganho per capita do brasileiro. A argumentação mostra, antes de qualquer coisa, a necessidade de criar um modelo de negócio mais viável.

Há muitos países que fazem pesquisa de alta qualidade em instituições mistas ou privadas. Os Estados Unidos são um desses locais. É possível testar outros modelos. Mudar quase um século de cultura universitária estatal não é simples. Mas nem por isso os problemas da universidade pública, que vão muito além da falta de dinheiro, devem ser ignorados, como vem ocorrendo. O que está em jogo é a continuidade da universidade pública como polo de produção de excelência. Não há mais tempo para desperdícios. A universidade pública pede socorro.

## **Cadê o dinheiro que estava aqui?**

**Revista Época - 25/09/2017**

Uma briga judicial milionária entre empresas e bancos esvazia caixas eletrônicos pelo país e vai parar em delegacias da periferia

Aguirre Talento  
Patrik Camporez

O mercadinho Boa Compra, numa rua esburacada de Sobradinho 2, cidade nos arredores de Brasília, estava praticamente vazio às 11 horas da manhã da quinta-feira, dia 21. Os clientes minguaram. Um dos grandes atrativos da lojinha era o caixa eletrônico do Banco-24Horas que fica ali. Mas faz dez dias que ele não tem dinheiro. "A transportadora de valores veio aqui, recolheu o dinheiro e avisou que ia parar de abastecer o caixa. As vendas, de imediato, caíram 30%", lamenta o dono do mercado, André Luiz Soares. A 3 quilômetros dali, mais caixas vazias. Na Farmácia Alternativa, o desligamento das máquinas virou caso de polícia. Os funcionários da empresa responsável pelos caixas e os da transportadora de valores que botam o dinheiro lá dentro brigaram. Foram parar na 35ª Delegacia de Polícia Civil do Distrito Federal. Não é só Sobradinho 2 que sofre com a falta de dinheiro. O desabastecimento dos terminais do Banco 24 Horas já atinge 25% da rede no Distrito Federal e 12% em Goiânia. Ao todo, cerca de 400 caixas eletrônicos estão sem dinheiro.

O que está em jogo é uma disputa empresarial entre o setor bancário e as transportadoras de valores, que acontece muito longe dali, em escritórios luxuosos de São Paulo. A briga judicial transcorre no Tribunal de Justiça da capital paulista, em processos sigilosos aos quais ÉPOCA teve acesso. A rede de caixas eletrônicos Banco24Horas, com 21 mil terminais em 600 cidades, movimentou no ano passado R\$ 1,6 bilhão em transações bancárias. A dona do negócio é a empresa Tecnologia Bancária S.A., ou TecBan, cujos sócios, por sua vez, são os principais bancos do Brasil: Itaú Unibanco, Santander, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Citibank. A TecBan tem sua própria transportadora de valores, a TBForte, que abastece 40% de sua rede. A Prosegur e a Protege, as duas principais transportadoras de valores do país, são contratadas para cobrir cerca de 30% dos terminais.

Há três meses, elas exigiram da TecBan reajustes de 25% a 30% nos valores dos contratos, sob o argumento de que os custos aumentaram desde o ano passado - principalmente com seguro, por causa do aumento de casos de roubo e furto. O aumento pedido pelas transportadoras, que em valores absolutos seria de aproximadamente R\$ 50 milhões por ano, está bem acima da inflação dos últimos 12 meses, de 2,71% pelo IPCA. A TecBan negou o reajuste. Ainda entrou na Justiça de São Paulo, pedindo que os contratos fossem mantidos nas condições atuais por 180 dias, até que novas empresas fossem contratadas. A vitória da TecBan foi parcial. Em decisões distintas do fim de julho e início de agosto, a 16ª Vara Cível e a 1ª Câmara de Direito Privado deram metade do prazo, 90 dias, para que as transportadoras terminem de prestar seus serviços até que a TecBan contrate novas empresas.

Foi nesse momento que a briga virou caso de polícia. O processo de transição das antigas empresas para as novas gerou desentendimentos, trocas de acusações e ao menos 40 boletins de ocorrência registrados no Distrito Federal, em Goiás e em São Paulo. De um lado, funcionários da TecBan acionavam guarnições policiais para impedir que os seguranças da Protege esvasiassem os caixas eletrônicos, sob o argumento de que o contrato ainda estava vigente. A Protege diz ter sido informada por e-mail pela própria TecBan

de que uma nova empresa já estava sendo contratada e que por isso deu início ao desabastecimento dos caixas. A decisão judicial prevê que, quando uma nova empresa for contratada, é possível interromper os serviços. A TecBan diz que o contrato com a nova empresa ainda estava em negociação. Em outros boletins de ocorrência, representantes da Protege acusam a TecBan de ter danificado a fechadura dos cofres dos caixas eletrônicos para impedir que o dinheiro fosse retirado.

Essa disputa contratual esconde uma briga por espaço no mercado. As próprias transportadoras de valores admitem à Justiça que o crescimento da TBForte, a transportadora da TecBan, prejudicou seus contratos. Há um participante no mercado com preços competitivos, cujos donos são os maiores bancos do país, prestando serviço para esses mesmos bancos. A TBForte ficou com o abastecimento das áreas mais rentáveis, como o centro das grandes cidades, e sobraram para as demais transportadoras áreas cujo custo é maior, por estarem em periferias e serem mais perigosas. A queda de braço passa ainda por um polêmico Projeto de Lei em discussão no Senado. Sob o nome de Estatuto da Segurança Privada, o texto vindo da Câmara propõe, entre outras coisas, que empresas formadas por instituições financeiras, como a TBForte, e companhias com capital estrangeiro, como a Prosegur, presente em cinco continentes, sejam proibidas de atuar no mercado de transporte de valores. Com menos concorrência, quem pagará preços maiores, como sempre, será o consumidor.

A restrição foi incluída de última hora no texto do projeto pelo deputado Wellington Roberto, do PR da Paraíba, durante a votação na Câmara. O projeto chegou em dezembro ao Senado e ganhou como relator o senador Vicentinho Alves, do mesmo PR de Wellington Roberto. Desde então, os senadores tentaram acelerar sua tramitação na Comissão de Assuntos Sociais e manter o texto com as proibições. Sob pressão, aceitaram fazer uma audiência pública, mas rejeitaram pedido para que a questão fosse examinada por outra comissão, a de Assuntos Econômicos. Em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais do Senado no dia 13, o representante da Polícia Federal, Ricardo Sancovich, afirmou que a proibição excluiria 65% das empresas do mercado. "Essa restrição não atende ao interesse público, já que favorece o estabelecimento de grupos fechados, de cartéis. Isso não é bom para o segmento", disse. Os senadores já concordaram em excluir a proibição ao capital estrangeiro, mas ainda discutem a restrição às empresas controladas por instituições financeiras.

A TecBan afirmou em nota que "houve uma indevida interrupção dos serviços de abastecimento de dinheiro por parte da transportadora de valor contratada" e que já contratou novo fornecedor para regularizar o abastecimento. A transição deverá ser concluída ainda em outubro. A Protege disse, também em nota, que o aviso prévio para rescisão do serviço seguiu "rigorosamente os prazos estipulados em contrato", sustentou que "os serviços seguem sendo prestados conforme contrato e em total respeito ao processo judicial ainda em curso" e que a Justiça "reconhece como válidos todos os procedimentos e cronograma" para a transição do contrato. A Prosegur afirmou que "não comenta processos judiciais em andamento".

**Capa - Revista**  
Revista Exame - 25/09/2017



